

FIDELINO DE FIGUEIREDO



PORTUGAL

as guerras européas

Subsídios para a compreensão dum problema
de politica contemporanea

SUMMARIO: *Preliminares.— I: A politica diplomatica de Portugal depois da Restauração.— II: Portugal na guerra da successão de Espanha.— III: Portugal e a guerra dos sete annos.— IV: Portugal nas colligações contra a França Revolucionaria e contra Napoleão I.— V: Conclusões.— VI: O problema actual.*

LISBOA

LIVRARIA CLASSICA EDITORA

DE A. M. TEIXEIRA

17, PRAÇA DOS RESTAURADORES, 17

1914

LIVRARIA ACADÉMICA

J. Quedes da Silva

R. Mártires da Liberdade, 10
Telefone 2 5988 — PORTO

LIVROS USADOS
COMPRA E VENDE

PORTUGAL
nas guerras européas

Do mesmo auctor :

BIBLIOTHECA DE ESTUDOS HISTORICOS NACIONAES

TOMOS PUBLICADOS:

- I—**O Espirito historico.**—Introducção.—Noções preliminares e programma.—Bibliographia portugueza de theoria e ensino da historia.—2.^a edição.—1910 e 1914. 200
- II—**A Critica litteraria em Portugal.**—Desde a Renascença á actualidade.—1910. 400
- III—**A Critica litteraria como sciencia.**—Principaes correntes theoricas.—Um criterio eclectico.—Bibliographia portugueza de critica litteraria.—2.^a edição.—1912 e 1914.. . . . 400
- IV—**Historia da litteratura romantica.**—(1825-1870).—1913. 700
- V—**Historia da litteratura realista.**—(1871-1900).—1914 700
- Revista de Historia.**—(Direcção e collaboração).—3 vols., 1912, 1913 e 1914. 38600

FIDELINO DE FIGUEIREDO

PORTUGAL

nas guerras europêas

Subsídios para a compreensão dum problema
de politica contemporanea

SUMMARIO: Preliminares.—I: A politica diplomatica de Portugal depois da Restauração.—II: Portugal na guerra da successão de Espanha.—III: Portugal na guerra dos sete annos.—IV: Portugal nas colligações contra a França Revolucionaria e contra Napoleão I.—V: Conclusões.—VI: O problema actual.

LISBOA
LIVRARIA CLASSICA EDITORA
DE A. M. TEIXEIRA
17, PRAÇA DOS RESTAURADORES, 17
1914



Composto e impresso na TIPOGRAFIA SANTOS

* * 62, Rua das Flores, 64-PORTO * *

PORTUGAL NAS GUERRAS EUROPÉAS

Se bem que um dos caracteres mais distinctivos da historia seja a sua incapacidade de previsão — ao contrario da politica que maximamente se occupa com a previsão — ninguem poderá negar, com justas razões, que ella seja uma base segura e indispensavel, quer para as generalizações da sociologia, quer para as applicações praticas da politica. Essa certeza levou um auctor a chamar-lhe o microscopio da sociologia e da politica.

Não se tem utilizado esse microscopio, entre nós, no exame critico dum problema de politica contemporanea, de magna importancia, como é a intervenção de Portugal na actual guerra europêa, ou tem sido utilizado com as lentes desfocadas ou embaciadas por preconceitos lamentaveis, que logo deturpam a visão. Bom seria considerar tal problema com um pouco de espirito historico, a unica attitudede mental verdadeiramente adequada á comprehensão destes phenomenos, aos quaes o rumo das circumstancias geraes imprime mais caracter que o cunho pessoal dos politicos.

O presente opusculo tem por fim, fazendo entrar alguma actualidade, algum jornalismo na historia, o que a não dedigna, considerar este grave problema de politica contemporanea por um prisma

historico, fazer salientar as condições politicas internacionaes, em que nos temos achado em casos de guerras europêas, que proceder tem sido adoptado e, implicitamente, fazer ver que, quando essas condições de situação internacional não mudarem, tambem não deve mudar o modo de proceder.

Na redacção desta brochura, meio artigo, meio pamphleto, diligenciámos, á vez, verificar um caso de applicação pratica de idéas, que temos defendido noutros trabalhos de maior gravidade, e contribuir para que acêrca dum assumpto tão momentoso se crie uma opinião esclarecida e serena, assente no conhecimento dos precedentes e da analogia das circumstancias, e acima de exaltados sentimentos politicos ou de impensado commodismo.

Esperamos que seja feita justiça á isenção que norteou este pequeno trabalho, de certo modo tambem um acto moral. Isso nos compensará do constrangimento, que nos importou sair por alguns momentos do sereno dominio das idéas para o conturbado campo das opiniões e dos sentimentos.

F. F.

I — A politica diplomatica de Portugal depois da Restauração

Nas nações pequenas, por occasião das grandes crises politicas internacionaes, a vida interna não é mais do que um episodio da vida internacional, soffrendo fortemente as suas consequencias e escassamente influindo no desenrolar dos acontecimentos, como fóco que condensasse sem reflectir. Em meio da formação, progresso e engrandecimento plethorico das grandes potencias e suas rivalidades de morte, os povos pequenos ou têm de fazer sua a causa de algum dos collossos ou desaparecem na voragem. Foi sempre assim, exceptuando o momento de alto prestigio e poder, no seculo xvi, a vida diplomatica do pequeno Portugal, e só por este systema elle conseguiu atravessar oito seculos de existencia. Só em parte dos seculos xv e xvi elle viveu de vida propria, graças aos recursos economicos desafogados, ao poderio naval e ao prestigio que as descobertas e conquistas coloniaes lhe grangearam.

Durante a sua epoca de formação (1128-1385) todo se consome na guerra defensiva de Leão e Castella, só logrando vantagens e progressos na

offensiva contra os mouros. Também só o perigo commum, que para todos os estados peninsulares os mesmos mouros representavam, fez que Portugal militasse ao lado de Leão e Castella, nas batalhas de Navas de Tolosa e do Salado. E quando Castella se havia engrandecido ao ponto de defender direitos dynasticos dentro do nosso proprio territorio, possuindo-se da velleidade de reabsorver a rebelada parcella, D. João, mestre de Aviz, teve de recorrer á alliança com o estrangeiro, ao appoio doutro poder que estabelecesse equilibrio de forças. Essa alliança, já precedida dum tratado commercial de 1353, data de 1373, mas só pelo tratado de 1386 se tornou praticamente effectiva.

Desde Aljubarrota, em 1385, até perto da derrota de Alcantara, em 1580, Portugal logra uma autonomia politica e economica, que até certo ponto faz face ao poderio de Espanha, e que durante esse lapso de tempo consegue neutralizar as tendencias de absorpção, sempre vivas, da sua vizinha; reparte com ella pela bulla de Alexandre vi, de 1493, e pelo tratado das Tordesillas, em 1494, o mundo por descobrir, e envia a Roma uma altiva e deslumbrante embaixada, a Roma sob cuja egide Affonso Henriques conseguira a separação do seu condado e que, tempos antes, desthronára um rei portuguez. O sonho da absorpção inverte-se; é Portugal que ambiciona unir sob o sceptro dum rei seu a maior parte da peninsula, logo com os reis catholicos toda a peninsula. Affonso v, D. João II e D. Manuel negoceiam casamentos para esse fim, procurando crear desse modo direitos ao abrigo da rudimentar jurisprudencia politica da epoca. Quizé-

ram as circumstancias e tambem a logica — se é licito attribuir algum sentido logico a um dominio por vezes tão semeado de imprevistos accidentes e bruscas mutações — que fosse a pequena parcella da peninsula encorporada no grande corpo do imperio de Filippe II.

Depois da Restauração, desde 1640 até ao momento actual, é que Portugal vive a difficil existencia de povo sem independencia economica, de pequeno povo que assiste em anciosa expectativa aos progressos vertiginosos das grandes potencias, hiantes de cubiça. Desde então o poder lançou mão de artificios necessarios, de expedientes diplomaticos, nos quaes avulta a alliança com a Inglaterra, em breve o nosso systema de politica internacional. E de facto, nos lances afflictivos, tem sido a Inglaterra o nosso solido ponto de apoio contra Espanha, que não desistia de recuperar esta duas vezes rebellada provincia, contra a casa de Bourbon, representada pela grande monarchia de Luiz XIV, contra a expansão imperialista que seguiu a Revolução francesa, contra o napoleonismo.

Na restauração, tivemos o apoio da França, interessada em abater a casa de Austria, mas logo que a paz se concluiu entre as duas monarchias d'aquê e d'alê Pyrineus, D. João IV teve de recorrer á estrategia diplomatica dos seus remotos antecessores, D. Fernando e D. João I. Logo em janeiro de 1641, dois meses incompletos após a sua aclamação, o rei restaurador enviava emissarios a Paris para conseguirem as boas graças de Luiz XIII, cujo primeiro ministro, o famoso cardeal Richelieu, sempre animára a revolta. Em julho de 1641, os

enviados Antonio Coelho de Carvalho e Francisco de Mello conseguiram a assignatura dum tratado de paz e amizade, mas sem que nelle se incluísse a principal clausula, base indispensavel para a segurança de Portugal, a de que em nenhum caso se concluiria paz entre a Espanha e a França, sem que Portugal fosse nella comprehendido. Esse tratado apenas trouxe o beneficio do reconhecimento do reino restaurado por parte dum paiz, então quasi supremo arbitro da politica europêa, e o momentaneo auxilio de entreter no norte da península as forças militares da Espanha. A prometida vantagem da accessão da Hollanda, a nossa temivel adversaria do ultramar, não passou de vaga promessa.

A paz com a Hollanda, que sem descanso nos assaltava as colonias e de algumas se apossára já, era tambem muito para desejar, e com bom fundamento. Esse paiz passára a guerrear-nos, porque encorporados nos dominios castelhanos, atacar essas colonias era atacar Castella, a sua odiada adversaria. Agora, desmembrado Portugal, justo era fazer ver que o paiz restaurado devia e queria viver em boas relações com os Paizes Baixos. Tristão de Mendonça, acolhido em Haya com todas as honras e na disposição na apparencia mais cordial, que podia esperar, conseguiu fazer assignar em 1641 um tratado, que sem ser inteiramente favoravel aos interesses portuguezes era o melhor que em tão precaria situação um paiz ainda não reconhecido pelas principaes potencias e por intermedio dum embaixador inexperiente podia obter. Por esse tratado, suspendiam-se por dez annos

as hostilidades entre Portugal e a Hollanda, para que durante estas treguas se estudasse a paz definitiva; reconhecia-se a posse aos hollandeses do que haviam adquirido até essa data; dava-se-lhes o exclusivo do commercio estrangeiro nas nossas colonias; e combinava-se a commum acção militar contra Castella, auxilio de tropas e liberdade, para Portugal, de comprar munições e contratar officiaes. Estas vantagens eram importantissimas para a oportunidade, em que eram alcançadas, apesar das duras compensações que exigiam.

Por virtude deste tratado, em 2 de setembro de 1841, entrava no porto de Lisboa uma armada de quarenta navios, vinte e dois de guerra e dezoito mercantes, com um contingente de tropas auxiliares.

Não era, porém, a Hollanda paiz de predominio europeu que por si bastasse para manter Portugal, quer com a sua assistencia diplomatica, quer com seu auxilio militar. O tratado assignado por Tristão de Mendonça era só a remoção dum obice importante á estabilidade do paiz, a guerra no ultramar e a perda de conquistas, longe de ser um forte esteio. Forte esteio poderia dá-lo Roma, se o papa Urbano VIII se não deixasse mover das intrigas de Castella e dos interesses das suas temporalidades. O embaixador, D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, não só não obteve ser recebido como delegado dum paiz livre, mas correu risco de vida, porque os espanhoes mais duma vez diligenciaram matá-lo. Roma nada favorecêra Portugal e a França diminutamente o fizêra. Foi portanto necessario seguir outro rumo. Foi o que fez D.

João iv negociando os tratados de alliança com a Inglaterra, de 1642, ainda um pouco platonico, compromissos de cordealidade mutua, renovado em termos muito approximados em 1654 com a republica, que entretanto se tornára forma de governo em Inglaterra. Como era de prever, a França que fomentára a revolução portuguesa, não tendo consignado a este respeito clausula especial no tratado de 1641, concluiu em 1659 a paz dos Pyrineus com a Espanha, que assim pôde distrahir tropas para a fronteira portuguesa. Effectivamente desde então a guerra hispano-portuguesa tornou-se mais accesa; foi nessa data e depois della que se feriram as principaes batalhas, a das Linhas d'Elvas, em 1659, a do Ameixial, em 1663, e de Montes-Claros, em 1665.

Convinha estreitar relações com a Inglaterra, fazer dessa alliança de apoio diplomatico, uma alliança defensiva, um tratado militar, se as circumstancias assim o exigissem. Para esse effeito, D. João iv procurou casar politicamente uma sua filha, D. Catharina o que não logrou. O tratado de 1660, ao mesmo tempo que revalida os anteriores em que aos subditos ingleses que com Portugal commerciavam eram concedidas importantes vantagens, estabelece clausulas de decidido auxilio militar: o rei de Portugal, em caso de guerra contra Espanha, poderia comprar em Inglaterra cavallos até ao numero de 2.500, alistar homens até ao numero de 12.000 e fretar navios até ao numero de 24. Em 1661, ainda na regencia da rainha viuva D. Luiza de Gusmão, concerta-se o casamento da infanta D. Catharina com o rei Carlos II de Ingla-

terra. Esse casamento era sancionado por um tratado, como todos inspirado no mesmo pensamento politico de nos manter contra Espanha, ainda em armas, e era a retribuição do largo dote que a noiva levava, dinheiro, a cidade e fortaleza de Tanger, e a ilha de Bombaim com todos os accessorios senhorios. A Inglaterra vendia caros os seus serviços. Estas transigencias eram, porém, uma cruel necessidade, e bem mal andam os escriptores que têm assacado á memoria de Luiza de Gusmão o labéu da alta traição de haver vendido parte da patria para consolidação do seu throno. Como proceder, se throno e nacionalidade se achavam tão identificados que se confundiam? Se até a carencia de successor deu fundamento juridico á ambição de Philippe II? Se as allianças dynasticas e os direitos familiares eram o direito politico e internacional da epoca, a unica maneira de fazer face á força? O tratado de 1661 era o primeiro, que plenamente correspondia ás aspirações da diplomacia portuguesa e, digamo-lo tambem, ás urgentes necessidades do paiz, a braços com uma guerra interminavel, que ia exaurindo todos os recursos dum paiz, que muito combalido saira do dominio estrangeiro. Nelle se promettia auxilio de navios e gente armada contra Espanha. Até hoje este systema politico tem-se mantido, com regular coherencia. Uma só vez Portugal milita ao lado da Espanha contra a Inglaterra, fá-lo, sob o dominio castelhano; é a sua cooperação na *armada invencivel*, que em 1588 saiu do Tejo, enviada por Philippe II contra o fóco do protestantismo. Esta politica tem-nos amparado em lances difficilimos, mas convem não esquecer que

tem custado retribuições onerosas e tem-nos impellido a guerras europêas, em que sem os direitos moraes de participantes, certo nos teriamos sumido.

Vamos summariar rapidamente os casos da intervenção de Portugal nas guerras europêas, as condições dessa intervenção e as vantagens della hauridas.

II—Portugal na guerra da successão de Espanha

Por morte de Carlos II, o ultimo rei da casa d'Austria, que reinou em Espanha, grandes esperanças concebeu a diplomacia europêa de que o poderio da casa de Austria, que durante dois seculos pesára dominadoramente no mundo, fosse de vez abatido. E Luiz XIV, seguindo a politica de Luiz XIII e de Richelieu, empregou logo as mais vivas diligencias para esse fim. Carlos II não deixára descendente, deixára apenas indicação testamentaria legando o seu imperio a Philippe d'Anjou, neto de Luiz XIV. Esta circumstancia, segundo a concepção da epoca já por nós referida, epoca de pleno absolutismo pessoal, vinha em abono dos desejos de Luiz XIV, que assim pugnava pela sua politica, sob uma apparencia de direito. Mas este testamento ia contrariar o proprio interesse da casa d'Austria, e os direitos, que uma interpretação diversa conferia ao imperador Leopoldo, de Austria. O imperador fundamentava do modo seguinte a sua candidatura: a irmã mais velha de Carlos II, o ultimo Habsburgo, de Espanha, a infanta Maria

Thereza, nascida em 1638, era effectivamente mulher de Luiz XIV, mas havia solemnemente renunciado aos seus direitos á corôa de Espanha, ao passo que Margarida Thereza, nascida em 1651, a primeira das três esposas de Leopoldo, fôra sempre indicada pela vontade do pae para a sua successão, na hypothese de não haver successôr varão. Portanto, por morte de Carlos II, sem descendente directo, e com tal indicação testamentaria, a appoiar a politica de Luiz XIV, mas que a Austria não accetava, as duas casas tradicionalmente rivaes, a de Bourbon e a de Austria, uma vez mais se viriam ás mãos, disputando a supremacia na Europa.

A Espanha legada por Carlos II já não era a grande Espanha de Filippe II; cêrca de dois seculos tinham decorrido, percurso de tempo mais que sufficiente para a quêda dum grande imperio, como todos os grandes imperios arbitraria construcção sem solidos alicerces, apenas fundamentada sobre a base ephemera e artificial dos direitos dynasticos e do prestigio militar. Tinham-se separado os dois ramos da casa de Austria, o allemão e o espanhol; Portugal, Flandres e o Franco Condado haviam-se desmembrado. Todavia, os dominios espanhoes, na Europa a Belgica, Napoles, Milão e a Sicilia, e no ultramar as vastas colonias americanas, eram ainda heranças muito de appetecer.

Como Filippe de Anjou logo se dispusesse para marchar sobre Madrid, para alli tomar a corôa de Filippe II, logo as chancellarias previdentes recearam um futuro imperio Bourbon, que se estenderia dos Paizes-Baixos ao Mediterraneo, base mais que

bastante para assegurar á côrte de Paris a supremacia na Europa.

Já então a Inglaterra, após as divisões das seitas religiosas e a sua transformação politica, era uma grande potencia maritima, e das suas ilhas começava a intervir na politica do continente. Guilherme III, d'Inglaterra, organizou a resistencia a esse engrandecimento, que se previa, da França; uma formidavel colligação se formou, sob o nome de *grande alliança*, para sustentar, contra Philippe d'Anjou, os direitos do archiduque Carlos d'Austria, filho do imperador Leopoldo. Logo na grande alliança entraram a Inglaterra, a Hollanda, a Austria, a Saboya, a Prussia, a Dinamarca e a Suecia.

E Portugal?

Portugal, que de Espanha se desmembrára em 1640, sessenta annos antes, e que concluire a guerra da restauração só em 1667, estava numa situação embaraçosa. Da casa de Austria recebêra o maximo agravo, a absorpção em 1580, mas a casa de Austria, no principio do seculo XVIII, já não era o immenso poder do seculo XVI, nem seria de suppôr que os alliados permittissem a sua reconstituição, commettendo a imperdoaval imprudencia de combaterem a possivel formação dum grande imperio, para auxiliarem a dum outro. Com a França Portugal tinha affinidades nas familias reinantes, mas escassas; D. Pedro II era viuvo de D. Maria Francisca de Saboya, filha do Duque de Nemours e da Duqueza de Vendôme, e apparentada com a casa de Bourbon. Este casamento, convem lembrar, contrahira-o D. Pedro II por um impulso de illicito amôr, e não em obediencia ao calculo politico, que norteára o

conde de Castello Melhor, quando o negociára para D. Affonso vi. Ora D. Pedro II fazia uma opposição intransigente á politica de Castello Melhor, e nesse proposito obcecado já recusára um casamento de calculo, por aquelle projectado, com a sobrinha do marechal de Turenne.

Ao tempo da formação da grande alliança, D. Pedro II era casado com uma princeza allemã, Maria Sophia de Neuburgo, e em Lisboa, ao campo da Bemposta, vivia a rainha viuva de Inglaterra, D. Catharina, irmã de D. Pedro. Qualquer destas affinidades familiares era decerto mais decisivamente influente que a que existira com a côrte de França, proporcionada por uma politica que D. Pedro II inteiramente repudiára. O casamento de D. Catharina fizera-se mesmo com a já citada reciprocidade de concessões, que nos deixava em todas as hypotheses contar com o appoio da Inglaterra, e, consequentemente, indicava que em todas as hypotheses tambem devia Portugal appoiar a Inglaterra. A troco de Tanger e de Bombaim, Carlos II, pelo contracto do casamento, obrigára-se a defender Portugal por mar e por terra, dos piratas e de invasões estrangeiras e, declaradamente, tomava o compromisso de nunca concluir paz com a Espanha, que lhe pudesse, directa ou indirectamente ser impedimento, minimo ainda, de dar a Portugal pleno e inteiro soccorro para a sua necessaria defeza, — e a não restituir á Espanha a Jamaica e o porto de Dunquerque, obrigando-se a declarar guerra ao mesmo paiz, quando a defeza de Portugal a tornasse necessaria. Como artigo secreto o rei da Gran-Bretanha protestava mediar a paz entre

Portugal e Hollanda. E' inutil encarecer a magna importancia deste tratado, que podemos bem considerar a confirmação diplomatica, a segura garantia da restauração da independencia portuguesa e da paz com a Espanha, celebrada em 1667.

E' certo que o Conde de Castello Melhor, o grande ministro de D. Affonso vi, fizera uma politica franceza, e do appoio da França se servira contra a Espanha, em França casára o rei seu tutelado, e pretendêra casar os infantes. Mas quando o tratado de paz dos Pyrineus se concluiu entre as côrtes de Madrid e Paris, e as duas familias reinantes se uniram por casamento, esse appoio faltou. Como recobrar o appoio indispensavel a um pequeno paiz, vizinho doutro, grande e poderoso, que não esquecia pretensos direitos, antigos e modernos, senão pela Inglaterra, já velha alliada, desde 1373? Depois, os hollandeses infestavam as colonias portugesas, o Brasil principalmente. Desde 1624 que davam os seus frequentes assaltos, chegando a ter, sob a chefia do principe de Nassau, um governo organizado, que occupava Olinda e o territorio até ao rio de S. Francisco, ao sul, e Rio Grande do Norte, Maranhão e Ceará, ao norte. Estes ataques dos hollandeses no Brasil eram uma das maneiras por que a Republica Batava, pela sua *Companhia das Indias Occidentaes*, guerreava a sua inimiga, a Espanha, com a qual concluiu um pacto de treguas, que terminára em 1621. Apesar das victorias das tropas coloniaes portugesas, nas quaes particularmente se distinguiu Mathias de Albuquerque, depois que a sua perseguição se pôde tornar mais vigorosa, eram ainda um obstaculo poderoso á de-

finitiva occupação portuguesa e um problema grave, economico e militar, para um paiz, como Portugal, ainda muito combalido do longo captiveiro e da guerra pertinaz com Espanha.

Ora o tratado de 1661 viera resolver, a trôco de duas colonias tidas em menór valia e muito fóra das attenções preferentes da administração, essas duas difficuldades: Portugal tivéra um alliado poderoso contra a sua temivel adversaria e um negociador habil, a que não faltavam probabilidades de exito, da paz com os hollandeses, para a confirmação do accordo de paz já assignado no Brazil, em 1654. Por todos estes motivos, que caminho podia seguir D. Pedro II, ao constituir-se a grande alliança senão collocar-se ao lado da Inglaterra? Que proposito o poderia preoccupar senão segurar as vantagens, que a Portugal proporcionára o casamento politico de sua irmã Catharina, e contribuir para que a vizinha Espanha de modo algum restaurasse a sua antiga supremacia na Europa? Unidas França e Espanha, como seria de prever, se a mesma casa reinante na sua posse detivesse os dois sceptros, qual seria o pensamento immediato dessa grande e poderosa monarchia dual senão arredondar o dominio da peninsula, por espirito de symetria, no gozo de suppostos direitos, mas sobretudo na expansão irresistivel de todos os grandes poderes?

Foi por todos estes motivos que D. Pedro II se incorporou na grande alliança, levando Portugal a cooperar na guerra da successão de Espanha, cooperação de modo nenhum insignificante.

As negociações diplomaticas e as operações mi-

litares dessa guerra foram superiormente dirigidas por personagens celebres, o hollandês Heinsius, o inglês Marlborough, ministro da rainha Anna, sucessora de Guilherme III, iniciador do movimento, e o principe Eugenio, de Austria.

Logo no principio da guerra, antes que Portugal praticasse qualquer acto de belligerante, em 1703, foi assignado um tratado, em que exclusivamente e em termos muito precisos se concretiza em que condições deverá a Inglaterra soccorrer Portugal contra a Espanha. D. Pedro II continuava com mais sequencia e maior exito a politica de seu pae. A retribuição não se fez esperar: esse tratado foi logo pago com o ruinoso tratado de Methwen, do mesmo anno de 1703. No primeiro não se alludia a retribuições, mas o tristemente celebre tratado de Methwen só de interesses commerciaes fala: em troca da alliança militar e dum abatimento aos direitos de importação dos vinhos portuguezes em Inglaterra, Portugal isentava de todas as contribuições os productos inglezes, o que equivalia a fomentar a importação e a matar as fracas industrias nacionaes e o commercio interno. O tratado de aliança militar é o que tem regulado as relações diplomaticas desde essa data, foi o que fundamentou as reclamações do Marquez de Pombal, em 1762; e o de Methwen vigorou até 1810.

A primeira phase da guerra foi extremamente favoravel aos alliados, que derrotaram os franceses na batalha de Rochsted, villa da Suabia, junto do Danubio, em 1704, na de Ramillies, burgo belga nos arredores de Lovaina, em 1706, e na de Malplaquet, logarejo ao norte da França, em 1709. A interven-

ção portuguesa teve também sua phase extremamente prospera.

Em 1704, a 7 de março, uma armada dos aliados, comboiando o navio que trazia o archiduque Carlos, o pretendente appoiado pela grande alliança, aportou a Lisboa. O archiduque fôra jurado em Vienna rei de Espanha com o nome de Carlos III, e tomára para com Portugal o compromisso de, na hypothese de fazer vingar a sua candidatura, ceder logo a Portugal as praças de Badajoz, Albuquerque, Valencia de Alcantara, Bayonna, Tuy e Vigo, e os territorios da margem septentrional do rio da Prata. Taes condições eram cautélas prudentes da diplomacia portuguesa; queria, como retribuição, Portugal ter em seu poder as praças fortes fronteiriças, sentinellas ameaçadoras e bases de operações do inimigo, e resolver de vez em seu favor o longo pleito da delimitação das colonias sul-americanas, do Sacramento, em litigio desde a sua primitiva occupação em 1678 por D. Manoel Lobo, governador do Rio de Janeiro, por ordem de D. Pedro, ainda então príncipe regente. Magnificamente hospedado, presenteado e honrado, o archiduque Carlos demorou-se em Lisbôa até 28 de maio, dia em que se pôs a caminho da fronteira, acompanhado de toda a Côrte.

Entretanto, em Madrid era jurado rei Filippe de Anjou, com o nome de Filippe V, que logo se apresou a declarar guerra a Portugal, enviando contra a nossa fronteira as tropas do marechal Duque de Berwick. Só no fim de setembro o archiduque chegou á fronteira, tendo-se demorado em varias terras, principalmente em Coimbra.

A 26 de setembro fez o exercito a primeira marcha de incursão, avistando logo o inimigo, junto do rio Agueda. Contra o conselho do rei de Portugal, não se deu batalha, e as operações ficaram quasi suspensas durante o inverno, até á primavera de 1705. Em maio, os exercitos do Conde das Galveas e do Marquez das Minas avançaram. Nestes exercitos tambem militavam tropas inglesas sob o commando do Conde de Galoway. Passou o Conde das Galveas em frente das praças fortes de Albuquerque, sem a atacar, mascarando-as como hoje se diz, e foi pôr cerco a Valencia de Alcantara, que cahiu em seu poder a 8 de maio; em seguida Albuquerque recusando-se a capitular sem combate, foi cercada e tomada. Pensou-se em seguida no cerco de Badajoz, mas logo se abandonou esse projecto. Entretanto o Marquez das Minas, governador das armas da Beira, saía de Almeida, recuperava Salvaterra e no outomno seguinte sitiava Badajoz, que não chegou a tomar, porque reforços viéram em soccorro da praça. Em 1706, já sob o governo de D. João v, o nababo sensual que sempre manteve numa altura de distincta dignidade o prestigio internacional de Portugal, as operações militares activaram-se. O Marquez das Minas, como governador das armas do Alemtejo e commandando um exercito composto dum grosso de tropas portuguezas e de contingentes de tropas inglesas e hollandesas, em março toma algumas povoações fronteiriças, atravessa o rio Solar e dá batalha ao exercito de Filippe v, commandado por Berwick, junto de Broças, destroçando-o e tomando em seguida a praça. Em seguida foi por cerco a Alcantara, que tomou,

passou o Tejo, tomou Xerez de los Caballeros, progredindo sempre na invasão até que em julho, por motivos dos ardentes calôres as tropas se acolheram a quartéis. Quando as hostilidades recommençaram, o exercito portuguez cercou e tomou Placencia, Salamanca e Castello Rodrigo, chegando em breve ás vizinhanças de Madrid. Finalmente em 2 de julho o Marquez das Minas, em nome da grande alliança, proclamou em Madrid o archiduque Carlos, como rei de Espanha. Em Madrid, se demorou o Marquez das Minas anciosamente esperando que o archiduque Carlos viesse juntar-se-lhe com tropas, mas este, affastado em Barcelona, alli se demorou longamente, deixando que os exercitos de Filippe v organisassem a resistencia, cortando a retirada para Portugal e ameaçando cortá-la tambem para oriente. Só a 8 de agosto, o archiduque Carlos chegou ao acampamento portuguez, sendo resolvido sair para Valencia. Mas dando o exercito franco-espanhol batalha aos partidarios do archiduque em Almanza, cidade da provincia de Alcabete, completamente os destroçou, a 27 de abril de 1707. A sorte das armas voltava-se definitivamente para Filippe v, e Carlos regressava á Austria a tomar a corôa, que lhe coubera por morte de seu irmão José. Logo as nações alliadas arrefeceram no seu zelo, porque o perigo duma grande monarchia subsistia com qualquer dos candidatos, e as batalhas de Villa Viciosa, em 1710 e de Dinaint confirmaram a victoria de Filippe v.

Mas a grande alliança, tendo soffrido alguns reveses militares, não foi esmagada; em Almanza foi um exercito derrotado, e não aniquillado o consi-

deravel poder que representava a grande alliança, e que continuava a ser. Nas operações Portugal desempenhára um importante papel, o que lhe dava direitos muito consideraveis a invocar no momento de ser negociada a paz, que por não ter havido esmagamento de nenhuma das partes, nem da vencida, era uma permuta de compensações. A paz foi discutida e assignada na cidade hollandesa de Utrecht, em 1713, cidade e anno que assim ficaram para sempre associados ao desmembramento do imperio espanhol. Sim, porque apesar de vencedoras, a Espanha e a França soffreram rigorosas imposições. Perdeu a Espanha o dominio da Belgica, Napolles, Milão e Sicilia; crearam-se os reinos da Sardenha e da Russia; a Inglaterra manteve a posse de Gibraltar e adquiriu as colonias francesas da Terra Nova, Nova Escocia e Mauricia. E Portugal? A 7 de novembro de 1712, os plenipotenciarios portuguezes, D. Luiz da Cunha e Conde de Tarouca, assignavam em Utrecht o tratado de suspensão de hostilidades; o tratado era feito com a côrte de França, mas esta obrigava-se a fazê-lo observar pela Espanha. No mesmo tratado cautelosamente se assegurava o transito das tropas portuguezas, que ao tempo se achavam em territorio espanhol. Em 11 de abril de 1713, na mesma cidade de Utrecht se concluia a paz definitiva entre D. João v de Portugal e Luiz xiv, e a 6 de fevereiro de 1715 com Philippe v. Ambos os tratados, negociados pelos mesmos diplomatas já alludidos, continham as usuaes clausulas, amnistia geral, restituição de prisioneiros e praças tomadas, e estabeleciam importantes vantagens para Portugal: o tratado com a França

cedia-nos todos os direitos de commercio e navegação do Amazonas e de soberania dos terrenos adjacentes; o concluído com a Espanha cedia a Portugal de vez a colonia do Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata. Em 1716 esta colonia era-nos de facto restituída, havendo della pösse o governador portuguez, Gomes Barbosa.

Taes foram os factos e circumstancias culminantes da intervenção portuguesa na guerra da successão de Espanha, a que omittimos ainda as operações militares no Brasil, aonde os franceses tambem nos foram atacar, succedendo assim com suas investidas aos hollandeses. Nellas se salientaram em 1710 Duclerc e em 1711 o famoso Duguay Trowin. Taes foram as vantagens obtidas na paz, vantagens sufficientemente compensadoras dos sacrificios feitos, quer sob o ponto de vista politico, quer sob o ponto de vista economico. Bastará lembrar que o alargamento da soberania e territorio diziam respeito ao Brasil, colonia que então começava a concentrar todas as nossas attenções, e que durante o seculo XVIII, havia de ser o fulcro da vida economica da metropole.

Nem sequer se deve pensar em reduzir a vantajosa situação obtida por Portugal, com a lembrança, melhor se dirá com a objecção de que a colonia do Sacramento continuou a ser thema de pleito e que terminou por ficar em poder da Espanha. Assaltada em vão em 1735 pelo governador de Buenos Ayres, D. Miguel de Salcedo, só em 1750 pelo tratado assignado em Madrid por intervenção do visconde de Villa Nova da Cerveira, ella

passou ao dominio espanhol, mas por pacificas negociações e em trocas de outros territorios, menos distanciados, que permaneceram sempre portuguezes e são hoje brasileiros, os Sete Povos das Missões.

III — Portugal e a guerra dos sete annos

A guerra da successão enfraqueceu sensivelmente a França, apesar de vencedora, e contrariamente contribuiu muito para o engrandecimento colonial e maritimo da Inglaterra.

Pouco depois da paz de Utrecht, a Inglaterra seguindo a mesma politica guerreava a França na India e no Canadá, e aprisionava muitos navios mercantes da mesma nação. E como a guerra dos sete annos, em que Luiz xv imprudentemente se foi envolver, esquecendo necessidades e problemas mais urgentes do seu reino, dêsse azo favoravel para que a Inglaterra com proficuidade guerreasse a França, sua principal rival no imperio colonial e na marinha mercante e militar, uma vez mais as duas marinhas rivaes se bateriam.

A guerra dos sete annos, assim chamada por sete annos haver durado (1756-1763) foi motivada nos progressos na Prussia, que sob Frederico II se ia preparando para num proximo futuro tomar a supremacia dos povos germanicos — supremacia que até então coubera á Austria — e tambem para

um logar de vulto no concerto europeu. Que a Prussia era já um consideravel poder demonstrára-o a anterior guerra da successão de Austria, em que Frederico II se apresentou como pretendente á corôa de Austria, disputando-a a Maria Thereza, a quem seu pae Carlos VI, o antigo candidato á corôa de Espanha, a legára pela *pragmatica sancção*. Essa guerra concluiu com perdas importantes para Maria Thereza, que embora vencedora teve de ceder na paz de Aix-la-Chapelle, em 1748, a Silesia á Prussia. Menos de vinte annos depois, quando suppunha as suas forças restauradas, Maria Thereza querendo oppôr resistencia ao engrandecimento da Prussia e tentar recuperar a Silesia, organizou uma colligação, em que entraram a Austria, a Russia e a França pelo pacto de Versailles. Para se defender, Frederico II celebrou o pacto de Westminster com a Inglaterra. Deste modo o celebre rei da Prussia esperava do mesmo passo fortalecer-se e enfraquecer a colligação adversaria, porque a Russia em relações de particular entendimento cordeal com a Inglaterra não tardaria a affastar-se da lucta, o que effectivamente aconteceu, não tão cedo como Frederico II desejaria, mas antes da paz definitiva. Só o genio militar de Frederico e a impericia dos alliados lhe déram a victoria, porque os alliados apresentavam forças numericamente muito superiores, que se poderiam sempre renovar porque pertenciam a paises dos mais poderosos da Europa. Quasi só com os seus proprios recursos, pois o auxilio da Inglaterra por terra não foi grande, nem efficaz, a Prussia occupou a Saxonia, cujo exercito capitulou em

Pirna, depois da batalha de Lobositz invadiu a Bohemia e derrotou os austriacos em Praga. Derrotado em Kolin, evacua a Bohemia, passa o Elba, junto de Dresden, e derrota os austriacos em Zitton, e os francezes em Rosbach. Vendo-se no risco de perder a Silesia, e não dando importancia á entrada em Berlim de alguns hussards austriacos, concentra todas as suas forças na Silesia; perde a batalha de Breslau, mas recobrando animo, destroça completamente os austriacos em Leuthen. Entretanto a Prussia separára-se da colligação e a paz com a Austria era assignada em 15 de fevereiro de 1763 em Hubertsburg.

O papel principal da Inglaterra nesta guerra, tão importante na sua historia pelos progressos que della lhe advieram, e no de França pelo grande passo feito no caminho do abatimento da antiga grandeza, desenrolou-se no mar. Era no mar a sua grande força, e era no mar e nas colonias que a Inglaterra tinha em vista expandir-se. Os revezes, que as tropas inglesas soffreram no continente, foram sobejamente compensados pelas victorias no mar e nas colonias, pelas derrotas impostas aos francezes no Canadá, nas Antilhas, na India e na Africa. Intimidado pelo progressivo desenvolvimento de tal poder, Luiz xv lembrou-se da formação duma alliança dos paizes, em que reinavam príncipes da casa de Bourbon. Formaram essa alliança, que se chamou *o pacto de familia*, e que foi concluida em 1761, já no ultimo periodo da guerra, a França, a Espanha e as Duas Sicílias. O rei de Portugal, D. José, não era Bourbon, visto que a casa reinante de Bragança era de tronco portu-

guês, tinha porêem alguma affinidade familiar, porque era casado com a princesa espanhola D. Marianna Victoria, filha de Filippe v, rei de Espanha, confirmado pela paz de Utrecht, como atrás dissémos, tio de Luiz xv, o organizador do pacto. O rei de Portugal não foi por esse motivo incluído no pacto, ao celebrar-se em Versailles, mas dada a affinidade que existia com a côrte de Madrid e ainda a communitade do perigo, diziam—pois Portugal, como potencia marítima e colonial, muito devia temer e soffrer o predomínio da Inglaterra nos mares e nas colonias,—foi assente entre Luiz xv e Filippe v convidar o rei de Portugal a adherir ao pacto de familia.

Na guerra dos sete annos — guerra tão longínqua, em que se debatiam interesses tão alheios á utilidade directa do paiz, e em que a Inglaterra não precisou do pequeno concurso de Portugal, Portugal não entrou, nem tinha que entrar. Seria a mais rematada loucura diplomatica. Mas o pacto de familia, derivado dessa guerra, dirigia-se especialmente contra a Inglaterra, e para ella fôra convidado o rei de Portugal. Que faria Portugal? Faria o que o bom-senso indicava, e que era coherente com o seu systema de politica internacional; mantêr-se-hia obstinadamente estranho a esse pacto. Devia Portugal ir contribuir para o aniquilamento do poder, que o mantinha contra a má vizinhança sempre ameaçadora de Espanha, e para os progressos dessa vizinha perigosa, de cuja grandeza e poderio já fôra victima, longamente e soffredoramente victima? Procedendo com tal leviandade, Portugal só perderia, talvez tudo perdesse, quer na

hypothese da victoria da colligação dos Bourbons, quer na da sua derrota. Vencedora a Espanha, de nada nos serviria a defeza da Inglaterra, e a força expansiva e a arrogancia imperialista da Espanha não perderiam occasião, quando cessasse o dever moral de poupar o pequeno povo alliado contra o colosso dos mares, de fazer valer os seus direitos de resgate a uma fracção rebellada; vencida a Espanha, esta circumstancia não annullaria o facto de havermos collaborado nas operações contra a Inglaterra, que victoriosa não só quebraria todos os tratados de amizade e alliança, mas nos obrigaria a ceder todas as compensações exigidas, certamente em colonias. E Portugal não poderia subsistir, vivendo como vivia duma vida illogica, com o centro da sua vida economica deslocado, no Brasil, a despeito das medidas de fomento de Pombal.

Disposto a manter pela força das armas o seu dever de neutralidade, Pombal reorganizou o exercito, chamando a Portugal o conde de Lippe e o duque de Mecklemburg-Strelitz, principes allemães. Era uma homenagem declarada ás instituições militares da Prussia, e dos paizes allemães, que desde Frederico Guilherme eram objecto de acrisolada attenção, e que na recente guerra dos sete annos uma vez mais haviam confirmado a sua reputação europêa.

Como Pombal defendesse a neutralidade de Portugal em termos, que ficaram celebres pela altiva e energica dignidade, ao embaixador espanhol, D. José Torrero e ao plenipotenciario francês Jacob O'Dunne, estes retiraram-se. Era a guerra. Effectivamente, em 30 de abril o marquez de Sarriá publi-

cava a sua proclamação de guerra, mascarando, como a diplomacia o fizera, os seus intuitos bellicos com o falso proposito de libertar os portuguezes dum predomínio, que diziam tyrannico e esmagador, o da Inglaterra. Logo a França declarou tambem guerra a Portugal, mas, absorvida na guerra dos sete annos, com Frederico II, nunca pôde praticar actos de guerra apreciaveis. A lucta reduziu-se ás operações fronteiriças entre Espanha e Portugal.

O Marquez de Pombal desenvolveu uma actividade admiravel na reorganização do exercito, augmentando com grandes forças os effectivos ordinarios das unidades militares, dando uma grande liberdade de iniciativa ao conde de Lippe, e empregando diligencias incessantes para que a Inglaterra cumprisse o estatuido no tratado de 16 de maio de 1703, principalmente no artigo 3.º, visto que os bons officios do 2.º eram já inopportunos. Estes artigos rezavam o seguinte theor: «Que sendo caso e em qualquer tempo que os reis de Espanha e França, presentes ou futuros, ou qualquer delles queiram ou se presuma que querem fazer guerra a Portugal no seu continente, ou nos seus dominios, sejam quaesquer, que fôrem os ditos reis, interporão Sua Magestade da Grã-Bretanha e os senhores Estados geraes os seus officios com os ditos reis ou qualquer delles, para que conservem, ou conserve a paz em Portugal, e lhe não façam, ou não faça a dita guerra». Este, o 2.º, era já inefficaz. Era o 3.º, que tinha agora applicação: «Que não tendo logar estes officios, de sorte que, com effeito se queira fazer guerra a Portugal pelos ditos reis,

ou qualquer delles, as ditas potencias da Grã-Bretanha e Hollanda romperão a guerra com todas as suas forças contra os ditos reis ou rei, que a fizer a Portugal e para a que se fizer no continente do reino, darão ao dito reino doze mil homens armados e pagos á sua custa, de tudo quanto lhes fôr necessario, assim de soldo que hão-de vencer nos quartéis, como fóra delles, e os ditos alliados terão sempre completo o dito numero de doze mil homens, fazendo para isso recrutas necessarias, á sua custa».

Não foi sem algum custo que Pombal conseguiu chamar a Inglaterra ao cumprimento destas taxativas clausulas do tratado. Grandes embargos oppôs a Inglaterra, embargos demorados que poderiam comprometter a nossa causa se o marquez só nos tratados confiasse. Lord Tyrawley, chegado a Lisboa em março de 1767, como embaixador e commandante da futura expedição inglesa, quando se resolvesse a sua partida, ainda que pareça estranho, taes informações mandava para Londres, ácêrca do nosso desaparecimento militar, que fez nascer o temor duma derrota, com o consequente desaire do Reino Unido.

Pombal irritou-se, e Lord Tyrawley foi chamado á metropole, decidindo-se emfim o envio de tropas inglesas, sob o commando de Lord Loudon. O exercito portuguez e o contingente inglêz não excediam o effectivo de quinze mil homens, pelo que o conde de Lippe teve de se limitar a fazer guerra defensiva, sendo tambem essa estrategia coherente com os motivos politicos da guerra e com a prudencia. Não teve acções de importancia essa guerra; ape-

nas merecem menção o cêrco de Almeida e a sua rendição ao exercito espanhol a rendição ao exercito portuguez da praça de Valencia, o desbarato dos espanhoes em Villa Velha. A 22 de novembro, o general Aranda manda propôr um armisticio ao conde de Lippe, e em 3 de dezembro do mesmo anno de 1762 era a paz assignada, em Fontainebleau, sendo representante de Portugal o ministro Martinho de Mello. Por este tratado de paz, foi a Portugal restituída a posse dos terrenos, que na curta guerra havia perdido, como a Espanha o que em posse do nosso exercito se encontrava. A Inglaterra, na conclusão da paz da guerra dos sete annos, ganhou o Canadá, o Senegal e algumas das pequenas Antilhas.

Ha nesta guerra, ou mais precisamente, nas negociações que por motivo della se fizéram para conseguir da Inglaterra o corpo expedicionario, aspectos que cumpre salientar, porque são importantes, muito especialmente importantes.

São elles a resistencia opposta pela nossa alliada, as duvidas e hesitações que mostrou quando se tratava de executar o que estava claramente consignado nos tratados, e o titulo, a que Jorge III e o parlamento, pela voz do Pitt, deliberaram enviar o corpo expedicionario á peninsula, ser da «maxima importancia para os interesses commerciaes do seu paiz a conservação de Portugal».

Na devida altura abonaremos com estes curiosos aspectos as nossas conclusões.

IV — Portugal nas colligações contra a França Revolucionaria e Napoleão I.

A — Guerra do Roussilhão e guerra com a Espanha.

A grande revolução francesa de 1789 alarmou todas as nações da Europa, já pelas affinidades familiares das casas reinantes, já pelo receio que devia inspirar tão retumbante precedente. Todas adoptaram medidas de defeza para isolar, quando não extinguir, esse fóco de perigosa irradiação do espirito revolucionario. Essas medidas de defeza, censura prévia, prohibição de livros, perseguições de pessoas suspeitas de sympathia pela marcha dos acontecimentos de França, provaram ser impotentes, como o foi o proceder opposto, fazer pequenas concessões. O reconhecimento dessa certeza e os triumphos ovantes da revolução, que ía tomando um character de expansivo proselytismo, levaram as monarchias a colligar-se contra a França. Após a approvação da constituição de 1791, a Austria e a Russia, fazendo crer que o rei Luiz XVI se achava coacto, e que lhes cumpria restaurar o prestigio e a preponderancia da realza, alliam-se pelo tratado de Pilnitz.

O primeiro acto de hostilidade foi a celebre pro-

clamação de Brunswick, cujos termos de arrogante insolência fizeram vibrar quasi unisonamente o sentimento patrio da França.

A assembléa legislativa declarou a patria em perigo e rapidamente organizou exercitos de voluntarios. Esses exercitos de occasião, impulsionados pela magia do enthusiasmo revolucionario, que Rouget de Lisle tão vigorosamente expressára, e a energia feroz da Convenção salvaram a França. Dumouriez vence os alliados em Valmy, ao norte da França, e Jemmapes ⁽¹⁾, na Belgica, em 1792, conseguindo deter a invasão estrangeira; e cobrando animo nessas victorias, occupa a Belgica. Estes progressos e a execução de Luiz XVI, suspeito de connivencia na invasão estrangeira, e a consequente abolição do regimen monarchico fazem crescer o alvoroço da Europa conservadora. Pitt, filho do orador celebre da guerra dos sete annos, concebe a formação duma colligação europêa contra a França e todo se dá aos seus preparativos. Nessa colligação entrou a Inglaterra, — sempre fiel ao seu programma de engrandecimento maritimo e colonial á custa da França e que tinha ainda bem viva a lembrança do auxilio que a mesma França prestára aos Estados Unidos na guerra da Independencia, e que tambem não esquecêra as derrotas de Charles-Town e de Ouessant—e entravam a Austria e a Prussia, a isso obrigadas por coherencia, a Hollanda, a Espanha e a Sardenha.

(1) O monumento commemorativo desta batalha foi destruido pelos allemães, já no decurso da guerra actual.

E Portugal? Portugal uma vez mais cumpriu o seu plano de politica externa, como alliado da Inglaterra, decidindo-se a cooperar nessa formidavel colligação. Os alliados representavam uma tão grande força, que não era verosimil recear que chegassem a ser aniquillados; logicamente, a França, não sendo esmagada, como não era provavel conseguir-se dum povo que tal vitalidade ostentava, nunca poderia ser vencedora, soberanamente vencedora. Estar com os alliados era, pois, estar com a maior força, em boa companhia, com a nossa alliada, e excepcionalmente com a nossa tradicional adversaria, a Espanha. Se nos mantivessemos alheios á colligação, teriamos a malquerença de Espanha, sem podermos esperar, como em 1762, o appoio da Inglaterra, por esta militar no campo contrario. Mesmo nem seria possivel a Portugal manter neutralidade rigorosa, porque a guerra, em que toda a Europa se empenhava, era uma guerra de principios politicos, era uma guerra que tinha em vista evitar a dispersão de principios, que atacavam pela base os fundamentos juridicos e tradicionaes das monarchias, a propria essencia organica das sociedades. Portugal não podia ver com olhos complacentes, ainda menos amigos, a França revolucionaria, não tambem pelos receios rivaes da sua expansão, como a Prussia ou a Inglaterra, mas porque vivia de principios politicos e sociaes, que eram totalmente derruidos pelo alastramento das doutrinas revolucionarias. O Marquez de Pombal fortalecêra consideravelmente o poder real, e D. Maria I e o regente D. João, se haviam repudiado a sua politica anti-clerical e a sua obra de fomento e administra-

ção, nada tinham feito no sentido de equilibrar com prerogativas populares esse engrandecimento. E' certo que enquanto a revolução se manteve na phase inicial, legislativa e reformadora, philantropica e equitativa, não foi em Portugal totalmente execrada, chegou mesmo a merecer applausos por algumas medidas a D. Vicente de Sousa Coutinho, embaixador em Paris, e a Luiz Pinto de Sousa, ministro dos negocios estrangeiros de D. Maria I. Mas em breve começaram os excessos, que levantaram essa geral má vontade, em breve se affirmaram os propositos de propaganda, que tantos receios suscitaram. Logo Pina Manique, apoiado pela corôa e pelas classes preponderantes, adoptou as rigorosas medidas de defeza e perseguição que tanto denigrem o seu nome, com injusto esquecimento doutros meritos acataveis.

Saindo da neutralidade difficilima de manter e inconvenientissima para os seus interesses, Portugal adoptou uma bôa politica. O seu concurso foi o envio duma expedição, composta de cêrca de 6.000 homens, sob o commando do general João Forbes Skellater. Essa expedição saíu de Lisbôa a 19 de Setembro de 1793, comboiada, por uma esquadra, de que era chefe Mariz de Sousa Sarmento, e desembarcou após contratempos variados no pôrto de Rosas, a velha Rhodas dos gregos, na Catalunha, a 10 de novembro. Então o exercito espanhol estava empenhado na lucta com o exercito francês na fronteira dos Pyrineus Orientaes, junto de Céret. Logo as tropas portuguezas, apesar de muito combalidas pela accidentada viagem por mar e pela longa travessia desde Rosas até ao campo

de operações, occuparam as posições mais perigosas e contribuíram efficaçamente para que os resultados dessa primeira phase da campanha fossem favoraveis aos alliados, resultados que se resumiram em desapossar os franceses de algumas posições estrategicas importantes e fazer recuar a sua linha de defeza. O seu episodio de maior vulto e de maior valor militar foi a acção de Céret, justamente aquella em que as tropas portuguesas tivéram um decisivo papel, que infelizmente nem sempre foi reconhecido pelos commandantes espanhoes nos seus relatorios.

Em 1794, passados os maióres rigôres do inverno, a campanha, que se chamou do Roussilhão, proseguiu, mas as tropas francesas reorganizadas e reforçadas pela guarnição da praça de Toulon, que Bonaparte acabava de retomar aos ingleses, e sob o commando de generaes intelligentes e experimentados rechaçaram completamente o exercito hispano-português. A responsabilidade deste desastre, previsto pelo commandante português, cabe á impericia dos generaes espanhoes, que tinham a direcção suprema da campanha, e á incuria do governo de Madrid. Passando da defeza á offensiva, o exercito revolucionario avançou pela Catalunha onde alcançou vantagens inilludiveis.

Concluida a paz em condições vantajosas para a França e muito aceitaveis pela Espanha, a divisão auxiliar portuguesa regressou a Lisbôa, aonde chegou a 10 e 11 de dezembro de 1795.

A França e a Espanha tinham concluido a paz pelo tratado de Basilêa, assignado naquella cidade em 22 de julho de 1795. Mas Portugal, por uma

cruel ingratidão não fora incluído nessa paz. Apenas havia, por parte da Espanha, a promessa de servir de mediano entre a República francesa para a consecução da paz com o nosso país. Ora absolutamente isolado perante as exigências abusivas da França, ora falsamente ajudado pela Espanha, o que não era melhor, a diplomacia portuguesa teve de entabular as longas negociações que duraram desde o termo da campanha do Roussilhão até à nova guerra. Portugal atravessou então um dos seus mais difíceis momentos na situação internacional, sem poder ser auxiliado eficazmente pela Inglaterra, sempre em intransigente guerra com a República. Em 1797, Antonio de Araujo, diplomata ativo e energético, logrou fazer aceitar do governo francês, já então confiado ao Directorio, uma formula de tratado de paz, menos humilhante, que o que primeiramente nos fôra proposto, em que se nos exigiam protecções excessivas ao commercio francês, territorios da America e indemnisação em dinheiro. Mas como o tratado de Antonio de Araujo brigava na parte que se referia ao commercio com a Inglaterra com algumas das clausulas do celebre tratado de Methwen, assignado por D. Pedro II, em 1703, o governo de Lisboa não ratificou esse tratado. A recusa de ratificação e a altiva independencia de Antonio de Araujo, de tal modo descontentaram o Directorio que este, como governo revolucionario saído da Convenção, que era, não hesitou em mandar prender primeiro e depois expulsar esse nosso ministro. As negociações continuaram, sem a assistencia de qualquer representante português, como por duro sarcasmo

entregues ao embaixador de Espanha. Para se deprehender a confiança de imparcialidade, de seriedade, que essas negociações deviam inspirar, bastará lembrar que desde 19 de agosto de 1796 um tratado de alliança militar ligava a Espanha e a França, e que aquella, por intermedio de Manoel Godoy, Principe da Paz em homenagem ao feliz termo da guerra do Roussilhão, era um instrumento do que a Republica determinava em materia de politica peninsular. A idéa da invasão de Portugal começou a ser muito discutida, entre as côrtes de Madrid e Paris, e a sua realização a ser estudada. Se a França nos considerava seus adversarios, ainda belligerantes, e se em confirmação disso nos atacava no mar, assaltando-nos as colonias e aprestando-nos os navios, passavamos tambem a sê-lo para a sua alliada, a Espanha, a nossa companheira de armas, em 1793 a 1795, quando a fomos ajudar na defeza do seu territorio da invasão dessa mesma França.

Esta razão, rudimentarmente syllogistica, bastava á diplomacia espanhola — que nunca procurou razões para comnosco faltar á letra dos tratados e áquella limitada lealdade, que até nas negociações internacionaes é possível manter. A França, no auge da sua irritação prepotente, e instigada pela ambição da facil victoria, chegou a assentar na partida duma expedição contra Portugal, e esse seu projecto só encontrou por parte da Espanha o mais decidido appoio, permittindo-lhe o transito desse exercito, e até lhe proporcionando collaboração.

A irritação do Directorio era motivada pelas tergiversações do governo portuguez que a principio se apresentou como belligerante que depunha as armas e queria a paz em condições honrosas, como era de justiça, logo se dizia apenas auxiliar da Espanha e não directo adversario, sophisma indefensavel, para depois entrar em actos de guerra declarada ao lado da Inglaterra. A Inglaterra impedira a ratificação do projectado tratado de 1797, de Antonio de Araujo, por ser contrario aos seus interesses commerciaes; a mesma Inglaterra fazia subitamente suspender as negociações já difficilimas da paz, arrastando-nos á guerra.

A grande potencia naval continuava a sua guerra indefessa, porque ainda não haviam cessado os motivos, que a ella a haviam determinado. Aos motivos de sempre, os commerciaes, juntavam-se tambem os politicos. A França revolucionaria e a Europa conservadora eram cada vez mais inconciliaveis; a revolução sempre triumphante ia ainda em meio do seu desenvolvimento, outras phases se desenrolariam, e a que terminava, a da Convenção, pela sua ferocidade sangrenta, pelo seu terror, pela sua Commissão de salvação publica, concitára todos os odios, não já por opposição de principios, mas por indignação humanitaria.

O acto, pelo qual Portugal bruscamente contrariou as diligencias pela paz, foi o envio, em 1798, da armada do 7.º Marquez de Niza, para no Mediterraneo se juntar á esquadra de Nelson, o futuro heroe de Trafalgar.

A divisão portuguesa, composta de quatro naus,

duas corvetas e dois brigues, esteve em Aboukir, logo depois da batalha naval, e ainda que por esse motivo nella não houvesse tomado parte, não deixou com a sua presença de dar a Portugal uma responsabilidade grave. Napoleão reconheceu-o e verberou essa comparencia em termos amargamente propheticos.

Mais activa foi a cooperação do Marquez de Niza no bloqueio de Malta, na occupação de Capua e Creta e em Napoles, auxiliando o rei Fernando, das Duas Sicilias, contra os franceses e contra os revolucionarios da Republica Parthenopêa, em cuja proclamação teve importante papel uma portuguesa pelo sangue, Leonor da Fonseca Pimentel. Esta republica fôra instituida por diligencias da França, por virtude daquelle espirito proselytista, que tanto alarmou a Europa. Por interferencia da França, houve nesse tempo as seguintes republicas, de ephemera duração: a parthenopêa mencionada, a cisalpina, a tiberina, a ligurica, a helvetica e a batava.

Este acto de guerra, o envio duma divisão naval ao Mediterraneo, em 1798, era o nosso concurso na 2.^a colligação contra a França, e se era coherente com o proceder anteriormente adoptado, não era o meio de alcançar a paz, que desde 1796 se procurava ultimar, era, pelo contrario, o meio seguro de provocar a guerra tambem com a vizinha Espanha. A invasão de Portugal apenas tardou o tempo gasto pelas combinações entre as duas allia-das, d'aquem e d'além Pyreus, e pela expectativa do momento opportuno. A Espanha foi fazendo a sua mobilização de tropas e a sua concentração

junto das praças fronteiriças, sem dar quaesquer justificações ao plenipotenciario portuguez. Em 2 de maio de 1801, a Espanha declarava guerra a Portugal.

Absolutamente desprevenidos, por falta de recursos e tambem por imperdoavel imprevisão, tivémos de fazer face a essa invasão cuidadosamente premeditada e em que havia o efficaz concurso da França, só com irregulares tropas apressadamente recrutadas e com a divisão inglesa, que desde 21 de junho de 1797 se achava em Lisboa. Essa divisão, a custo obtida, fôra solicitada, quando as negociações com o Directorio deixaram crear receios de nova guerra. Era a principio de 6.000 homens, e ficou reduzida desde dezembro de 1800, em que se retiraram dois regimentos, a 4.665 homens. A breve campanha de 1801 foi dirigida, no governo, por Luiz Pinto de Sousa, e no campo, pelo 2.º Duque de Lafões, ancião de 82 annos, o erudito fundador da Academia Real das Sciencias de Lisboa, com Corrêa da Serra, e seu primeiro presidente perpetuo. Apesar de em tão avançada idade ser bruscamente arrancado do seu gabinete de erudito, o marechal-general Duque de Lafões, que noutros tempos militára distinctamente em exercitos estrangeiros, ainda concebeu um plano systematico de defeza do paiz, que occorria ás suas mais urgentes necessidades e que tem merecido dos historiadores militares encarecimento. Mas era tarde para se executar qualquer grande plano, porque tudo estava por fazer.

A guerra começou de facto em 20 de maio pelo ataque do Marquez de Castelar, com 4.000 homens,

a Olivença, cujo commandante, o marechal Chermont, logo se rendeu, e pelo ataque de D. João Carafa a Juromenha, cujo commandante logo a entregou tambem. Elvas e Campo Maior, cercadas, resistiram tenazmente. A resposta do commandante da praça de Elvas, D. Francisco Xavier de Noronha, em tom do maximo lealismo patrio e maior brio militar, á ordem de capitulação, fez crer a Godoy, o famoso Principe da Paz, que em pessoa dirigia a campanha, que seria incertissima empresa esse assedio. Campo Maior, no mesmo dia cercada por uma divisão de 6.000 homens, resistiu com a guarnição de cêrca de 1.500 homens commandados por Mathias Azevedo, até 6 de junho, data em que obteve uma capitulação honrosa. Esta resistencia foi o mais nobre episodio desta campanha, por mais dum titulo de cruel memoria para nós, por nos recordar uma perfidia da Espanha, e por nella havermos experimentado revezes duramente humilhantes, como o combate de Arronches, a acção de Flôr da Rosa, as pesadas contribuições exigidas pelos espanhoes nas terras occupadas, 60.000 cruzados em Portalegre, e 40.000 em Alter do Chão. No norte, onde operavam tropas auxiliares, não tiveram tão faceis progressos, e foi maior e mais decidida a resistencia de Gomes Freire de Andrade e de Francisco da Silveira.

Em junho de 1801, em Badajoz, Luiz Pinto de Sousa obtinha a paz, sem compensação alguma, apenas a natural evacuação do territorio portuguez, e com perda da praça de Olivença.

B -- Portugal e Napoleão I.

A segunda colligação contra a França, formada em 1799, foi vencida por Napoleão, já então altamente prestigiado, e que com genial relevo expressava a expansão militarista que seguiu a revolução. As circumstancias, a sua audacia, o seu genio militar e tambem a sua capacidade de administrador deram-lhe a magistratura suprema do paiz, primeiro consul desde 1799, logo consul vitalicio, e em 1802 imperador. Na decisiva batalha de Marengo, em 1800, Napoleão esmagára a segunda colligação, impuséra a paz á Austria pelo tratado de Luneville, e concluíra-a tambem, mas em condições menos altivas, com a Inglaterra pelo tratado de Amiens, de 25 de março de 1802. Por esse tratado, a Inglaterra reconhecia o imperio napoleonico e a clientela de republicas delle dependentes, como factos consumados, reconhecia-os, muito embora ficasse aguardando oportunidade para affirmar de novo a sua resistencia a novos factos, que se viessem a produzir, quando a sua hegemonia commercial perigasse, pois que a soberania dos mares e a primazia nos dominios coloniaes nada mais são que a base dessa hegemonia mercantil. A paz de Amiens, concluida em 1802, era só um armisticio. Reconheciam-no ambas as partes; nenhuma considerou a parte contraria definitivamente abatida. Por esse tratado, a Inglaterra obrigava-se a restituir as colonias francesas, occupadas durante as hostilidades, tomava Ceylão e compromettia-se a abandonar a ilha de Malta e o Egypto. Por seu turno, a França manteria o *statu-quo*.

Nenhuma das partes cumpriu as clausulas, a que se obrigava, tão pouco decididas ambas se mostravam a depôr definitivamente as armas. Nem a Inglaterra abandonou a ilha de Malta, importante posição de estratégia naval, tomada em 1800, ou o Egypto, nem a França mantivera o *statu-quo*, pois logo annexou o Piemonte. Isto deu motivo á ruptura das hostilidades, imputando cada paiz um ao outro a responsabilidade dessa ruptura, que se deu a 18 de maio de 1803.

De 1803 a 1805, a Inglaterra esteve só em campo, até que em 1805 se constituiu a terceira collição europêa contra a França, talvez mais exactamente a primeira contra Napoleão. Nella entravam a Austria, a Russia e a Prussia, que derrotadas successivamente acceitaram a dura paz de Presburgo, que radicalmente transformou o mappa da Europa Central. A Austria perdeu a Italia e a Istria; a Baviera e o Wurtemberg formaram reinos; os pequenos paizes allemães constituiram a confederação do Rheno, de que foram excluidas a Prussia e a Austria; a Hollanda voltava á forma monarchica, sob o sceptro do irmão do imperador, Luiz Bonaparte; outro irmão, José, seria rei das Duas Sicilias.

Estes progressos vertiginosos só pela Inglaterra eram efficazmente contrariados, que segura no seu isolamento insular e com o dominio indisputado dos mares, infligiu á armada franco-espanhola a derrota formidavel de Trafalgar, que para sempre aureolou o nome de Nelson, com o prestigio do salvador da Europa. Só uma nação collaborava servilmente na politica de absorvente tyrannia de

Napoleão, a Espanha, que por isso foi solidaria no grande desastre de Trafalgar.

Contra a Inglaterra, impossivel de esmagar por terra numa estrondosa batalha, como Austerlitz, concebeu Napoleão um arrojado plano: um assalto ás suas ilhas e a rapida tomada de Londres, que seria o aniquilamento da adversaria, em algumas semanas, com certo golpe ao coração. Muito se trabalhou em França para tão épica empresa. Em todo o paiz se preparou afanosamente a organização dum exercito, a *grande armée*, á qual se confiava a fallida missão que Philippe II commettêra á *Armada Invencivel*. Em todos os estaleiros da costa franceza, de norte e oeste, se construíram numa actividade febril as poderosas unidades navaes de combate, que irmanariam da sua rival britannica, a arruinada esquadra franceza e algumas centenas de transportes para conduzirem ás almeçadas costas da odiada Albion a grande expedição. Desde Bayonna até Ostende, em Bolonha, em Etaple, em Vimereux, em Ambleteuse, havia, no mês de julho de 1804, 2.365 navios grandes e pequenos para transportarem 160.000 homens, além das suas respectivas guarnições, 10.000 cavallos, viveres e munições para quinze dias de campanha e 650 bocas de fogo. Apesar de preparativos tão adiantados e tão poderosos e do panico, que dominava em Londres, Napoleão com um calculo de previsão maior e mais justo que o de Philippe II, nunca julgou azado o momento de enviar essa expedição... a um aniquilamento certo, como o da armada invencivel. Continuou portanto o estado de guerra perma-

nente, sem tréguas, entre as duas adversarias, d'aquem e d'além Mancha.

As nações anteriormente abatidas recobravam forças e, por iniciativa da Inglaterra, formavam a quarta colligação, assignada em 1806. Novos e rapidos exitos obtinha o genio militar de Napoleão, batendo os alliados em Iena e em Friedland, entrando em Berlim e impondo-lhes a paz de Tilsitt, em julho de 1807. Por esta paz, ficava a Prussia consideravelmente reduzida, a oeste e a leste, perdendo os territorios do Rheno ao Elba, e as provincias polacas. Continuando um proceder, que se assemelhava ao da Republica fomentando a formação de pequenas republicas, Napoleão creava com estes territorios mais dois governos dependentes do imperio, a Westphalia e o Grão Ducado de Varsovia.

Só da Inglaterra não conseguia taes triumphos, só contra ella era impotente a sua audacia genial; no mar não podia oppôr-se-lhe, e por terra fôra obrigado, após a velleidade dos preparativos da invasão, nos campos de Bolonha, a reconhecê-la inatingivel. Concebeu então uma guerra sem armas, de efficacia mortal: o bloqueio continental, a imposição a todos os paizes de fecharem os seus portos ao commercio e aos navios ingleses, e o confisco dos bens de todos os subditos ingleses, residentes no continente. Este visceral odio de Napoleão á Inglaterra teve o condão de lhe inspirar algumas das suas mais audaciosas concepções e uma das suas mais surprehendentes deliberações, como foram, por certo, a sua campanha do Egypto com o proposito de atacar a Inglaterra na India, a abertura do Canal

de Suez, a invasão, o bloqueio continental, e a sua entrega, após a derrota de Waterloo, á guarda da adversaria perseverante de todas as horas.

O bloqueio continental chamou á scena politica internacional a nossa combalida patria, desde 1801 no remanso das humilhações pungentes soffridas de França e Espanha. Foi essa radical medida decretada de Berlim em 21 de novembro de 1806. Ella affectava particularmente Portugal, alliado da potencia directamente alvejada. Ou o bloqueio se cumpria, e no caso dessa reviravolta injustificavel da nossa politica internacional, perdiamos o nosso principal esteio e depois, se o imperialismo francês houvesse de ser abatido, rigorosas contas teriamos de prestar, ou mantinhamos a coherencia da nossa politica externa, e uma vez mais nos veriamos em lucta com a França e a Espanha.

Era decerto esta a norma de proceder que se havia de adoptar, com todas as suas embaraçosas consequencias de momento, mas tambem com todas as suas vantagens de futuro. Não adherir ao bloqueio era a guerra, e esta era já prevista. A defeza militar fôra um pouco mais cuidada que em 1801, merecêra as attentões do Conde das Galveias, ministro, do Conde de Goltz, encarregado da missão de reorganizar o exercito, semelhante á que o Marquez de Pombal confiára ao conde de Lippe, e do Morgado de Matheus, Sousa Monteiro, Commissario do governo junto do Conde de Goltz. Prevendo essa guerra, a Inglaterra que começava a ver em Portugal um propicio caes de desembarque e campo de operações contra Napoleão, aconselhava a saida da familia real para o Brasil e compromettia-se a pro-

teger essa saída. Não soube, porém, o governo do regente D. João, depois sexto rei do seu nome, proceder com lisura, optando por um caminho e sujeitando-se ás suas consequencias. Teve o triste condão de ao mesmo tempo discontentar a Inglaterra e Napoleão. Publicava-se a formal adhesão ao bloqueio, mas não se procedia de accordo com tal adhesão, porque o commercio e o movimento dos portos livremente se faziam, e algumas exacções exercidas contra subditos ingleses eram resgatadas em particular. Lord Stangford, ministro de Inglaterra, continuava a residir em Lisboa, sem mostras de surpresa. Mas as reclamações do governo francês apertavam, e o governo de Lisboa começou a cumprir as clausulas rigorosas do bloqueio, interdicção de commercio, confisco de bens e prisão dos subditos ingleses — o que tudo, por sua vez, vinha discontentar a Inglaterra. Esse descontentamento não se limitou a simples reclamações; a Inglaterra de alliada passava abruptamente a adversaria bloqueando o porto de Lisboa pela esquadra de Sidney Smith e occupando logo militarmente a ilha da Madeira.

A Espanha adherira plenamente ao bloqueio continental, proseguindo na sua servil condescendencia a todas as vexações de Napoleão, que nella tinha um mandatario passivo, Godoy, o Principe da Paz. Este facto da Espanha haver adherido ao bloqueio foi-nos tão funesto como nos foi favoravel o facto posterior da insurreição popular contra os franceses na mesma Espanha. Em toda a historia peninsular ha sempre uma certa unidade, alguma paridade de destinos, a que Portugal se não póde

furtar. Deverá affastar todas as presumpções de unidade politica, mas quasi sempre sem que esse parallelismo historico se quebre porque tem uma base geographica. A politica tem ephemeramente rompido esse parallelismo, mas sempre o rumo mais logico das coisas tem prevalecido sobre o cunho pessoal de passageiras influencias. Sempre contra a Espanha, em defesa cerrada contra a sua ancianidade absorvente, Portugal é, a despeito dessa attitude opposicionista, um dos dois elementos do todo maior, que constitue a historia iberica, a que corresponde tambem uma modalidade de civilização iberica, muito embora diversificada por colorações parciaes em cada povo.

A influencia transitoria da politica perfida do Principe da Paz fez que os dois estados peninsulares, perante um commum perigo, como era Napoleão 1, procedessem de modo opposto. Portugal nem o cumpria exactamente, nem o repudiava, fazia delle só o sufficiente para grangear a malquerença da França e da Inglaterra; e a Espanha, executando-o, creava-se direitos para participar na partilha de Portugal, a que Napoleão deliberou proceder, como represalia contra o proceder adverso de Portugal contra a França, desde o Roussilhão. Iamos agora chorar as amárgas lagrimas de sangue, que elle nos prognosticára em Aboukir.

Em 27 de outubro de 1807, Espanha e França, a primeira representada por Eugenio Izquierdo, a segunda pelo Marechal Duroc, assignavam o tratado de Fontainebleau, para todos nós, portugueses, de dolorosa recordação. Esse tratado repartia a metropole portuguesa e seus dominios; a metro-

pole em três quinhões, as provincias do norte para a rainha da Etruria, que cedia á França os seus dominios na Italia, as provincias centraes para o imperio que se reservava o direito de as restituir á casa de Bragança, sob o protectorado da Espanha, e as provincias do sul, o Alemtejo e Algarve, para o Principe da Paz, cujo titulo lhe dava direito a um principado; as colonias eram irmãmente divididas. Para dar cumprimento a este tratado, partiu de Bayonna, através da Espanha, sollicita collaboradora, um exercito de 26.500 homens, commandado por Junot, antigo ambaxador na côrte de Lisboa. Ainda perante perigo de tal gravidade e já de tal realidade, o governo de Lisboa, seguindo a sua má politica, contradictoria e duplice, concebe a estulta esperanza de aplacar o impeto de Napoleão com a embaixada do marquez de Marialva, o suborno de generosos presentes de dinheiro e joias, e o pedido indigno duma das filhas de Murat para o principe D. Pedro de Alcantara. Felizmente, por ser tardia, esta missão não chegou a cumprir-se.

A 17 de novembro, já da fronteira, Junot dirigia aos portuguezes a primeira proclamação, attribuindo-se o exclusivo intuito de expulsar os ingleses. Penetrando em Portugal por Salvaterra do Extremo, entrava em Castello Branco, no dia 20, e em Abrantes a 23, sem resistencia, que seria bem facil de oppôr a um exercito desordenado e mal apovisionado, mas que se affigurava invencivel como portador da gloria e do poder do omnipotente imperador dos franceses. Na manhã de 30 de novembro, entrava Junot em Lisboa, á frente dalguns pelotões de maltrapilhos, e pôde ainda ver, cor-

rendo á barra, pairarem ao longe os navios ingleses que comboiavam a familia portugueza, em fuga para o Brasil.

Ao mesmo tempo, cooperando na execução do tratado de Fontainebleau, tropas espanholas entravam em territorio portuguez, por varios pontos da fronteira, indo occupar cidades importantes como Elvas, Porto e Coimbra.

Logo Junot organizava a occupação militar e a administração e presidia ao concelho do governo, reverenciado servilmente por uns e presentindo noutros os primeiros symptomas da rebelião.

Entretanto acontecimentos inesperados da politica espanhola restabeleciam o já alludido parallelismo historico dos dois povos da peninsula. Sem se tomar de gratidão pela incondicional collabora-ção, que desde a alliança de 1796, pelo principe da Paz, a Espanha vinha prestando á França revolucionaria e depois a elle mesmo, Napoleão promoveu uma conspiração do principe herdeiro, Fernando, contra o rei Carlos iv, que se tornára muito impopular por essa politica de subserviencia e pelo valimento concedido a Godoy. Carlos iv abdicou em seu filho, e este, com o nome de Fernando vii, foi proclamado rei em Madrid, em março de 1808. Convidado para uma conferencia em Bayonna por Napoleão i, Fernando vii entregou a regencia do reino a uma junta e acorreu promptamente ao mandado do seu tuñor. Dessa conferencia resultou a abdicación de Fernando vii em Napoleão, por imposição deste, que por seu turno endossou a corôa a seu irmão José. O general Murat avançou com um exercito sobre Madrid, onde em 2 de maio re-

bentou a revolta, tão sangrentamente suffocada, que foi o inicio da insurreição popular contra os francezes, logo planeada e organizada.

O regente D. João fugindo para o Brasil deu um passo pouco decoroso, onde por maior que seja a complacencia do apreciador não se pode encontrar grande quinhão de brio, mas temos de reconhecer que chegadas as coisas a tal ponto, era a unica solução a adoptar por ser tambem a unica que algum beneficio poderia produzir. Inerme o paiz, deixando talar os seus campos e assaltar as suas povoações, promptificando-se a pagar as contribuições de guerra que francezes e espanhoes extorquiam, e até honrando com homenagens o inimigo da patria, que aconteceria á côrte, se Junot ainda a encontrasse em Lisboa, como o esperou vivamente, quando no caminho lhe foi ao encontro, a parlamentar, um inopportuno emissario, o ministro da guerra Oliveira Barreto, que assim tristemente suppria o commando dum exercito de defeza pela entrega pessoal dum recado? Certamente seria preso, por estar coacto pelas exigencias dos inglezes, forçado a abdicar, e ficaria, como Fernando VII, detido em França ou em qualquer parte e de qualquer modo que o privaria de iniciativa, e de accessão junto das outras côrtes. Assim, no Brasil, não só evitou a ultima phase da humilhação, o soberano, o chefe da nação preso e vexado por um aventureiro estranho, mas pôde negociar tratados, relacionar-se com as chancellarias, fazer o pouco que a sua indecisão e pouca perspicácia politica permittiam.

A liberdade da côrte, no Rio de Janeiro, e o ge-

ral movimento de insurreição por toda a Espanha foram as felizes circumstancias que abreviaram o inicio da nossa resistencia efficaz contra os francezes, a ellas devemos a restauração do auxilio da Inglaterra, que via chegado o momento de vir ao continente com os seus exercitos bater o imperio francês. O exercito espanhol saíu de Portugal, visto não poder continuar a operar combinadamente com o exercito francês, seu inimigo. Uma *Junta Provisional do Supremo Governo* se formou para dirigir a administração interna e organizar a resistencia. Para Inglaterra partiram os commissarios Silva Ferrão e Visconde de Balsemão, para com o embaixador portuguez em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa, solicitarem a cooperação da Inglaterra, em armas e munições para o povo sublevado. A Inglaterra, reconhecendo ser opportuno o momento de desembarcar no continente e que a peninsula era um idoneo campo de operações, resolveu dar inicio á campanha.

Apenas chegado ao Brasil em 1 de maio, D. João, regente do reino, declarou guerra á França, declaração sem duvida um pouco tardia e já superflua, mas que combinada á celebração ulterior do tratado de alliança com a Inglaterra, de 19 de fevereiro de 1810, mostram que elle se esforçava por fazer o que não poderia, certamente fazer, se fosse prisioneiro de Napoleão.

No dia 1 de agosto de 1808 começou o desembarque na pequena bahia de Lavos, proximo de Buarcos e Figueira da Foz, das tropas inglesas, formando dois corpos, um de 8.800 homens, sob o commando de Wellesley, outro de 5.000 homens,

sob o commando de Spenser, ambos sob a superior chefia de Dalrymple. Foi com estas forças e com as tropas portuguezas, em numero de 17.600 homens, commandados por Bernardim Freire, Castro Marim, Marquez de Olhão, Pinto Bacellar e outros, que, começou a resistencia contra o exercito francês. Os generaes portuguezes não se quizeram subordinar ao mando do chefe inglês, embóra procurassem conciliar essa liberdade de acção com a prudencia e o bom senso, visto que, a par da guerra de guerrilhas, prestavam valiosa collaboração, operando combinadamente nos combates da Roliça e do Vimeiro, proximo de Obidos, feridos a 17 e a 21 de agosto. O primeiro combate, o da Roliça, em que o exercito alliado conseguiu desalojar duma forte posição o inimigo, foi travado apenas contra uma divisão de reconhecimento commandada pelo general Laborde.

O segundo, o do Vimeiro, foi travado com o grosso das tropas, commandadas pelo proprio Junot. Foi um combate decisivo, que deixou em situação difficilima o inimigo, impossibilitado de se manter em paiz hostile, sem recursos, e tambem sem possibilidade de passar a Espanha. A 30 de agosto negociava-se a convenção, impropriamente chamada de Cintra, em cuja conclusão foram intermediarios, por parte do exercito inglês — repare-se que não dizemos do exercito alliado — o coronel Murray, e por parte de Junot o general Kellermann. Essa convenção mais parecia uma homenagem que a acta de rendição dum exercito vencido. Por virtude della, o exercito napoleonico embarcava livremente para França, em transportes ingleses, com armas e

bagagens, dinheiro e mais alfaias furtadas, e tudo que a rapina precipitada da ultima hora conseguira apurar. Os generaes portuguezes não foram ouvidos, porque, dizia o generalissimo inglêz, eram delegados duma junta, que elle não reconhecia como legitimamente constituida. Não houve, por isso, no momento da redacção da acta de rendição, uma voz portuguesa que de interesses portuguezes fallasse, quando se discutia a rendição dum exercito que assolára a terra portuguesa. Portugal não teve, por esse estranho documento, a menor indemnização dos prejuizos incalculaveis, dos saques e das vexações soffridas. Os officiaes e soldados, que logo no principio da sua occupação Junot expedira para França, para sob o titulo de Legião Portuguesa, e sob o commando do Marquez de Alorna, se baterem ao lado dos inimigos da patria, continuaram pelos campos de batalha da odyssêa bellica de Napoleão arrastando o seu valor e a sua leviana duplicidade. Só as Côrtes Constituintes de 1822 lhes permitiriam o regresso a Portugal.

Terminado o embarque dos franceses, fins de setembro, o paiz passava dum oppressor declarado ao dominio doutro oppressor, mascarado de libertador. A soldadesca inglesa não era menos incontinente que a de Junot.

Napoleão não desistiu da occupação de Portugal, e vindo a Madrid chegou a organizar um forte exercito de mais de 50.000 mil homens, que elle commandaria directamente, o que felizmente não veio a succeder. Mas outro exercito menor, 22.600 homens, commandado por Soult, entrou em Portugal pela fronteira norte, por Chaves, a 10 de março de

1809, depois de em vão ter tentado atravessar o rio Minho, valentemente defendido pelo general Bernardim Freire de Andrade. Logo no principio desse mesmo anno, o governo portuguez, com pouca confiança nos seus generaes, pediu ao governo de Londres um general para dirigir superiormente a defeza e por ventura o ataque. Foi Beresford o escolhido, que chegando a Lisboa em março, logo cuidou da reorganização e das providencias disciplinadoras do exercito. Uma vez em territorio portuguez, Soult toma Chaves a 12, entra em Bragança a 20 e no Porto a 29 do mesmo mês de março. O exercito anglo-luso, reforçado por novo corpo expedicionario inglês chegado a Portugal em 24 de abril que vinha perfazer o numero de 25.000 homens sob o commando de Wellesley, agora investido no commando supremo das operações, toma a offensiva, e depois dos combates de Albergaria e Grijó a 10 e 11 de maio, reconquista o Porto a 12 do mesmo mês, obrigando Soult a evacuar Portugal. O exercito francês, não sem difficuldades saíu de Portugal, a 17, por Montalegre. Assim terminou a lucta em territorio portuguez com o segundo exercito, enviado por Napoleão para dar cumprimento ao tratado de Fontainebleau. Nesta breve lucta, o feito militar mais digno de menção, no conceito dos especialistas, foi a defeza da ponte de Amarante pelo general Silveira.

Em 1810 terceira tentativa se fez enviando contra Portugal um exercito mais poderoso, 62.000 homens commandados por Massena. Entrando em Portugal, pela fronteira leste, Beira Baixa, após longos preparativos põe cêrco á praça de Almeida,

que toma a 27 de agosto, após quatorze dias de sitio. De Almeida avança sobre Vizeu, que encontra abandonada, desce em direcção a Lisboa, pelo Busaco, onde a 27 de setembro se trava a memoravel batalha, por esse nome conhecida, a principal acção dessa campanha. Nessa batalha, o exercito francês foi destroçado e compellido á retirada por exercito numericamente inferior, composto de 30.000 portuguezes, na maioria inexperientes recrutadas, e 27.000 ingleses. Entrando em seguida em Leiria e em Coimbra, praticam os maiores excessos, dos quaes o menor foi o roubo e o assassinio. As celebres linhas de Torres Vedras tornaram o avanço sobre Lisboa impossivel, e Massena retrocede para Santarem. Em breve, os aliados tomavam ousadamente a offensiva e obrigando os franceses á retirada, pelos combates de Pombal, Redinha, Casal Novo, Foz de Arouce e Sabugal, iam-nos perseguindo tenazmente até á completa expulsão pelo Agueda, em 8 de abril de 1811. Entrando por Espanha, as tropas portuguezas e inglesas proseguiram as operações, tomando parte em algumas acções importantes, das quaes a principal foi a batalha da Victoria, a 21 de junho de 1813, em que se bateram 26.000 portuguezes e em que um general português, o conde de Amarante, muito se distinguiu. Na resistencia ao exercito invasor uma vez mais se nobilitou a praça de Campo Maior, cujo governador Tallia heroicamente se manteve até á ultima extremidade.

Entretanto cahia o imperio e Napoleão, derrotado em Waterloo, entregava-se á guarda da Inglaterra. Logo entre os exercitos se suspenderam as

hostilidades, e as tropas portuguezas reentraram em Portugal em fins de julho de 1815.

A seguir á primeira abdicação de Napoleão em Fontaineblau e o seu consequente desterro para a ilha de Elba, foi convocado o grande Congresso de Vienna, cuja abertura foi fixada para 30 de maio de 1814, depois para outubro e finalmente para o 1.º de novembro, e que funcionou ainda por 1815 a dentro. Esse Congresso tinha por fim regular as conclusões da paz, depois da definitiva victoria alcançada pela Europa colligada contra a França revolucionaria e contra Napoleão I. Tornava-se necessario reconstituir o mappa politico da Europa, restaurando os paizes assaltados pela orgia bellica do napoleonismo, restabelecer os seus soberanos e arbitrar as compensações a que cada um teria direito, proporcionalmente aos sacrificios soffridos e serviços prestados nessa formidavel cruzada contra determinada ordem social, a principio, contra um homem, logo a seguir. Nesse congresso tomaram parte 90 representantes de estados autonomos e 53 dos pequenos estados allemães. Portugal, como paiz que muito soffrêra os impetos da França, agora abatida e aguardando que lhe estipulassem que contas tinha de saldar, e como paiz que igualmente se empenhára na lucta, alli mandou os seus plenipotenciarios, que fôram D. Antonio Saldanha da Gama, depois Conde do Porto Santo, D. Joaquim Lobo da Silveira, Conde de Oriol, e D. Pedro de Sousa Holstein, depois 1.º Duque de Palmella. O Congresso funcionou, sob a presidencia do Principe de Metternich, que depois como iniciador e chefe da Santa Alliança presidiu durante o periodo de reac-

ção contra a politica revolucionaria aos destinos da Europa e pelo seu ascendente sobre D. Miguel muito influiu na vida interna de Portugal.

Deve-se, porém, esclarecer que nunca funcionou como Congresso, em sessões plenarias, nas quaes todos os membros tivessem igual e plena iniciativa de propostas e de discussão. Como sempre acontece, as grandes potencias chamaram a si a liquidação de todos os grandes assumptos, e o congresso funcionou como assemblêa que só tivesse a superflua missão de ratificar as deliberações duma pequena commissão dirigente. A Russia, a Inglaterra, a Austria e a Prussia entenderam-se directamente com Talleyrand, legado francês, e quando muito apenas ouviram alguns paizes sem o dominio daquelles, sempre Portugal, a Espanha e a Suecia. Deve-se accentuar que Portugal foi um dos dois unicos pequenos paizes ouvidos nas suas reclamações, apresentadas umas vezes com eloquencia e dignidade pelos seus delegados, outras com mais modesto pedir e dedicação bem menor pelo plenipotenciario britannico, Wellesley, que vencedor em Waterloo se tornára Lord Wellington. Como dirigira a campanha da Peninsula, foi elle a voz mais acatada quando se discutiram os destinos de Portugal e Espanha.

Publicada a *Acta final do Congresso de Vienna*, fôram os paizes restaurados, não sem algumas alterações de fronteiras. Como é natural, a França, poma da discordia, agora abatida, foi o paiz que mais perdeu, e foi a Inglaterra o paiz, que mais tenazmente se empenhára na campanha, o que mais ganhou. A França perdeu importantes colonias, extensos

territórios na Europa e teve de pagar uma indemnização de 800 milhões de francos; a Inglaterra annexou a ilha de Malta, a do Ceylão e a Colonia do Cabo. A maior e importante novidade do mappa politico desenhado nesse historico Congresso foi a criação do reino dos Paizes Baixos e da monarchia dual da Suecia-Noruega.

Portugal conseguiu o que devia ter em vista, como pequeno paiz: não se sumir em tão vertiginosa voragem. A patria portuguesa foi reconstituída, as suas colonias fôram conservadas, a sua soberania acatada. Da indemnização de guerra, coube a Portugal o irrisorio quinhão de 360 contos, e na delimitação de fronteiras metropolitanas com a Espanha obteve o compromisso de que os membros do Congresso intercederiam junto da Espanha pela restituição da praça de Olivença, perdida em 1801. As grandes potencias tomaram partes leoninas da indemnização e não tiveram tempo nem reconheceram oportunidade ou gravidade para discutirem concentradamente a restituição de Olivença.

Vantagens consideraveis, accrescimos de poder, de extensão territorial e de riqueza não os obteve Portugal, e insensata seria a sua diplomacia se os ambicionasse. Obteve o mais que poderia obter um paiz pequeno, de afflictiva vida economica, com um dominio colonial superior aos seus recursos: atravessar uma crise europêa tal como foi a da resistencia contra a França, e manter-se, sem ser engulido pelo redemoinho da convulsão. Recebeu como indemnização uma quota ridicula, mas quasi ridicula seria tambem toda a indemnização pela França paga, comparada á obra destruidora de cêrca de

vinte annos de guerras, de saques e de rapinas. Perdeu a praça de Olivença, mas essa perda pouco é comparativamente com o risco do desaparecimento total. Sem querermos affoitar peremptoriamente hypotheses e conjecturas, expressaremos ainda o nosso sentimento pessoal de que nem essa perda teriamos a lamentar, se a nossa politica tivesse sido desde a campanha do Rousilhão coherente, franca, declarada, se o que depois se tornou uma necessidade, a lucta ao lado da Inglaterra, tivesse sido logo de principio consciente e pertinaz norma de governo, com a altiva e digna coragem do sacrificio. Não se fez assim, mais duma vez se fez politica duma duplicidade pouco elogiavel, não houve capacidade organizadora e administrativa na resistencia, recorreremos aos ingleses e a elles nos enfeudámos, por uma renuncia do amor proprio e do orgulho nacional, que não pôdem deixar de ser severamente verberadas. Não tivémos, em resultado, o prestigio nobilitante necessario para energicamente reclamarmos Olivença, a nossa voz era uma voz importuna, um ruido superfluo; por isso, tambem fomos tratados, como um satellite da grande Inglaterra.

Mas continuámos a existir, como estado soberano.

V.—Conclusões

1.^a

No rapido prospecto das paginas anteriores lembrámos os termos em que Portugal foi participante em guerras europêas, queremos dizer as vezes em que praticou actos de guerra que não eram sómente episodios de luctas das monarchias peninsulares, collidindo-se separadamente do grande concerto europeu, pequenas questiunculas de paizes vizinhos e rivaes, christãos ou mouros. Excluimos absolutamente as guerras coloniaes. Essa participação, deliberada não por livre iniciativa de grande potencia que intervem e que com sua intervenção muda o sentido aos acontecimentos, foi sempre um expediente de pequeno paiz, que vê perigar a sua autonomia na manutenção duma neutralidade inconveniente e ás vezes impossivel. Tem sido sempre assim a vida dos pequenos paizes. A Suecia, a Noruega, a Finlandia, a Polonia, a Belgica, a Hollanda, a Suissa, o Piemonte, a Saboya, as Duas Sicilias, etc., têm numerosas vezes desaparecido e reaparecido, confederados, unidos em estados duaes, separados em pequenas unidades, á mercê

de tratados, por simples deliberação dos delegados que liquidam a paz, pela simples vizinhança duma grande potencia, por conveniencia estrategica ou economica, pelos muito variados motivos que podem proporcionar-se.

Pondo-se em guarda, Portugal adoptou desde 1640 um systema de politica internacional; ao lado da Inglaterra contra a Espanha. Esta politica não foi sempre consciente, clara, franca, leal, sequente, mas foi sempre a praticada. Conforme a comprehensão mais ou menos clara dessa politica, e a sua execução, mais ou menos coherente e corajosa, conforme o nosso apercebimento para correspondermos com valores aos valores que se nos proporcionavam, de crêr é que maiores ou menores fossem os proveitos usufruidos de tal proceder. E assim succedeu. O proveito principal foi sempre conseguido: a conservação da nossa autonomia e do nosso dominio colonial, apesar de grandes difficuldades internas e através de convulsionadas adversidades externas. Lucrámos maximamente na guerra da successão de Espanha; defendemos e conservámos intacto o nosso territorio sabendo manter o nosso affastamento da guerra dos sete annos; fizemos os maiores sacrificios na lucta contra a França revolucionaria e Napoleão I, tendo apenas perdido numa tempestade, que diligenciou fazer submergir a nossa patria, a praça de Olivença, e esta por desrespeito duma das partes contractantes á letra dos tratados e por excessiva lealdade da regencia; Olivença foi retomada pelo exercito alliado em 5 de abril de 1811, mas após o termo da guerra foi restituída até ás decisões do congresso da paz.

Portanto, após o seu declínio, Portugal, como todos os pequenos paizes, soffreu todas as vicissitudes das grandes crises europêas, que nos campos da batalha se decidiram e que envolviam a Inglaterra. Quer, pela sua incorporação na monarchia espanhola, em 1580, quer pela sua intervenção nas guerras europêas, que neste opusculo lembrámos, desde que deixou de pesar na balança politica, a vida politica do nosso paiz foi sempre uma consequencia das grandes correntes politicas internacionaes.

2.ª

Estivémos sempre ao lado da Inglaterra, e sempre a tivémos por nós—diz-nos o conjuncto da nossa historia diplomatica. Mas convem limitar esta conclusão com algumas restricções, que a tornam mais verdadeira e lhe grangeiam mais ensinamentos de politica pratica. Estivemos sempre ao lado da Inglaterra, quando não por prompta e sollicita resolução, por fatal necessidade, e tivémo-la sempre ao nosso lado, quando a nossa causa era viavel e quando lhe offerecia alguma vantajosa retribuição. As allianças entre as nações, como entre os individuos, só são solidas quando se baseiam na solidariedade de interesses, e só não degeneram em protecção humilhante, discrecionaria quando produzem uma apreciavel reciprocidade de vantagens. Isto explicará o proceder da Inglaterra depois de Alcaccer Kibir. A Inglaterra não interpôs uma acção armada em 1580 junto da côrte de Madrid para impedir a conquista de Philippe II, porque essa empresa era uma vã temeridade. Teria de se bater no conti-

nente com os exercitos espanhoes, ella que se bem-dizia pela feliz circumstancia do seu isolamento insular a pôr ao abrigo da impetuosa furia bellica do *demonio do meio-dia*. Depois, se o tivesse feito, comprometteria num fatal fracasso as suas armas, porque Portugal estava completamente desguarnecido, e a opinião publica, ou melhor, e a opinião das classes preponderantes, o alto clero, a nobreza e os governantes eram tão abertamente pelo rei espanhol que essa intervenção, se não fosse inutil, teria até o estranho character, em que pareça paradoxal, de vir oppôr-se aos expressos desejos do paiz, da sua parte melhor. Izabel Tudor ainda mostrou sympathias e preferencias por D. Catharina de Bragança, a principio, e depois pelo Prior do Crato, D. Antonio, mas a discordia sobre assumpto de tão vital importancia era maxima, a rivalidade entre os pretendentes a todos prejudicava, menos áquelle que tinha todas as probabilidades, as que o seu dinheiro e a intriga dos seus agentes preparavam, e as que a sua força garantia. Izabel de Inglaterra projectou intervir com a França, mas esta nunca se moveu além das conferencias e correspondencia de chancellarias, apenas praticamente concedendo a compra de armas e munições para Portugal. Factos claros e as informações dos embaixadores déram á côrte inglesa a convicção de que a candidatura de D. Antonio, como de qualquer outro pretendente era uma aventura sem a menor probabilidade. A Inglaterra não interveio, pois, porque a victoria de Filippe II era certa.

Em 1703 acompanhou-nos na guerra da successão de Espanha porque como protagonista era dos

principaes interessados; em 1762, após algumas hesitações, manda-nos um corpo auxiliar, confessando as vantagens commerciaes que auferia da nossa conservação, como paiz autonomo; em 1801 e na lucta contra as invasões francesas, auxilia-nos porque Portugal era o campo idoneo para suas operações militares no continente contra Napoleão 1. Portanto, foi sempre mantendo indissolavelmente a concordancia entre os seus interesses e o auxilio prestado a Portugal que a Inglaterra nos acompanhou nos seus momentos difficeis. Esta conclusão é absolutamente exacta, porque as nações se não guiam nos seus movimentos e actividade, nas suas aventuras bellicas por vagos idealismos sentimentaes, mas sempre por interesses praticos e concretos ou pelo que julgam sê-lo. Só uma ingenua concepção historica e um falso conhecimento da natureza humana poderão formular tal juizo. Todavia, em Portugal, mais duma vez elle tem sido expresso, crendo-se que a alliança anglo-portuguesa assenta sobre uma perfeita concordancia moral dos dois povos, sobre o instincto bondoso da Inglaterra, espontaneamente inclinada a proteger e defender este pequeno paiz, ainda estupefacta de admiração pelas nossas façanhas no Oriente e eternamente grata pelos nossos serviços na campanha contra Napoleão.

Puro engano. Nem essa concordancia seria fundamento bastante para tão generosa politica, nem existe, longinquos como são os dois paizes, desconhecendo-se bastante, na sua intimidade, nas suas manifestações moraes e intellectuaes. Em Inglaterra ainda a nossa vida politica e commercial é bem

conhecida, e a nossa litteratura e a nossa historia, principalmente a epoca das navegações e descobertas e a da Guerra Peninsular, é cultivada por alguns especialistas e professada nalgumas cathedras; mas em Portugal, o conhecimento da Inglaterra, raro passa do da sua lingua, applicada a usos commerciaes, á leitura de Shakespeare, de Lord Byron, de Dickens e George Eliot, quasi se ignorando a alta vida de cultura espirital desse grande povo. Concordancia espirital nem com a Espanha, vizinha e comparsa no systema especial da politica peninsular, Portugal a tem; ella existe apenas com o Portugal d'além Atlantico, o Brasil, e com a França, a nossa patria espirital. Ainda por mais este motivo a alliança anglo-lusa é uma alliança de interesses, como não podia deixar de ser.

3.^a

O juizo pouco realista, que mais duma vez tem sido formulado acêrca da alliança com a Inglaterra e a que na conclusão antecedente procurámos rebater, tem-nos prejudicado.

Mais duma vez se tem descansado exclusivamente sobre esse appoio, com leviano olvido de todas as nossas prevenções. Isto tem-nos reduzido a extremidades lamentaveis, em que o nosso orgulho nacional é logo sacrificado e em seguida os nossos interesses. Póde bem dizer-se que foi este o caso da guerra de 1801 e o da campanha peninsular. E' contra tal desigualdade que Portugal tem de reagir. Fazendo dessa alliança o seu systema politico, Portugal tem de diligenciar figurar nella como

um valor com capacidades de retribuição, para que haja permuta de vantagens, entre as duas partes, numa disposição de mutuo respeito e nobre e prudente dignidade, e para que essa alliança não tome o character, com que a muitos espiritos tem apparecido, politicos e historiadores nacionaes e estrangeiros, de ser a exploração mercantilissima dum pequeno povo, que tudo concede, até a honra, em troca da vaidade da autonomia, como se essa autonomia comprada por tal meio não fosse, de facto, um protectorado humilhante. Estão-nos a lembrar as inflamadas palavras de José Estevam e as paginas acerbas de Oliveira Martins.

VI—O problema actual

Encarada apenas no seu aspecto actual, a presente conflagração europêa é uma consequencia do conflicto, que por motivo do assassinio do archiduque Francisco Fernando, de Austria, e sua esposa, surgiu entre a Austria e a Servia. Esse attentado, perpetrado a 28 de junho de 1914, foi um episodio cruelmente violento da campanha do partido do engrandecimento da Servia, á custa da desagregação dos territorios do sul da Austria, com affinidades ethnicas ou linguisticas com a Servia, que assim se queria tornar centro de povos slavonicos. Esse ideal da Grande Servia, vivamente accordado após as vantagens alcançadas na guerra contra a Turquia, tinha nos ultimos annos tomado uma forma impetuosa e arrogante, pela imprensa, pelos livros escolares, pelos comicios de propaganda, duma maneira tão persistente que provocára reclamações por parte da Austria. Em 31 de março de 1909, o governo servio tomou o compromisso de fazer moderar essa campanha contra a integridade do territorio austriaco e manifestou desejos de passar a viver com

a grande monarchia sua limitrophe em termos de boa vizinhança. Tal compromisso não impediu que a campanha anti-austriaca proseguisse e até recrudescesse de intensidade. Como sempre succede, este ideal duma patria maior, logo que desceu da concepção dos politicos e dos patriotas, perdeu toda a sua delicadeza idealista, para se tornar numa grosseira formula de phobia hostilizante; popularizado, esse ideal assumiu um tom de aggressiva grossaria contra o imperio austro-hungaro. Era o archiduque Francisco Fernando, futuro imperador por morte de seu tio, o decrepito soberano Francisco José, o chefe da politica de reacção repressiva, de retribuição malevolente contra a Servia, politica que naturalmente seria por elle executada com pontualidade, uma vez no throno. Já como herdeiro representava o soberano em muitas cerimonias politicas e tinha ingerencia importante nos negocios publicos. Contra o herdeiro do throno, Francisco Fernando, pessoalmente, se voltou, em vista disso, a campanha e a má-vontade do partido da Grande Servia. O epilogo dessa pessoal má-vontade foi o barbaro attentado de Sarajevo.

Grande foi a indignação, que por todo o imperio causou esse crime, e logo se assentou nos altos centros politicos, com inteira adhesão da opinião publica, que era o momento opportuno de fazer soffrer á Servia o peso da responsabilidade da sua má vizinhança. Tendo-se procedido a um inquerito, apurou-se que esse attentado fôra praticado de inteira concordancia com o partido da Grande Servia, representado na sociedade Narodna Olbrana, com a tolerancia do Estado, e com a declarada

cumplicidade de officiaes do exercito servio e de funcionarios publicos, que aos agentes do mesmo attentado forneceram armas e facilitaram a passagem da fronteira. Logo se redigiu uma nota, nos mais humilhantes termos, para ser entregue á Servia, que responderia immediatamente. A nota foi apresentada em Belgrado a 24 de julho, e a resposta devia ser entregue ao governo austro-hungaro até ás 6 horas de sabbado, 25 de julho. A nota, pelos termos, era inaceitavel e incompativel com dignidade dum estado livre e soberano; a brevidade do prazo concedido dava-lhe um caracter inilludivel de violento ultimatum. O que nessa nota se pedia era, em resumo, o seguinte: publicar no jornal official e no boletim do exercito, logo a 26 de julho, uma completa retratação, condemnando toda a politica da Grande Servia, redigida em termos fixados pelo governo austriaco; demittir os officiaes compromettidos no attentado; dissolver a sociedade Narodna Olbrana; reprimir por todos os meios a propaganda contra a Austria-Hungria, em todas as suas maneiras; aceitar nos processos criminaes a instaurar contra os implicados no attentado de Sarajevo a collaboração de delegados do governo austriaco.

Os termos violentos e absolutamente inaceitaveis desta nota tivéram o resultado de alienar á Austria a sua razão, para della fazerem perturbadora da paz europêa. A Inglaterra ponderou immediatamente que tal nota era inaceitavel e que, pelo prazo limitado que se concedia para resposta, era um ultimatum, a que immediatamente se seguiria a guerra entre os dois paizes vizinhos, agora em sim-

ples conflicto diplomatico. Essa guerra arrastaria as grandes potencias, observava o governo inglês, e «seria detestavel que qualquer dellas fosse arrastada a uma guerra pela Servia». Concedendo quanto podia conceder, na esperança de que a completa acceitação dos termos da nota austriaca pela Servia affastasse o perigo duma guerra europêa, a Inglaterra, por fim, apenas solicitava que se retirasse a dura clausula do prazo limitadissimo, 24 horas. Mas a Allemanha, affirmando que o conflicto, mesmo a guerra se devia localizar, reduzindo-se ao duello entre servios e austriacos, appoiava fortemente o gabinete de Vienna. Por sua vez, a Russia paternalmente protegia a Servia e declarava não poder ficar indifferente no caso de declaração de guerra da Austria á pequena monarchia, sua protegida. Em balde a Inglaterra diligenciou reunir em Londres delegados das grandes potencias, para obviar á conflagração europêa, que se via eminente; em balde diligenciou obter da Russia a promessa da neutralidade, se a Austria se compromettesse a não annexar nenhuma parcella de territorio servio. Tudo foi baldado, porque a Austria queria a todo o transe a guerra, que se precipitou, quando em 27 de julho se viu, pela resposta da Servia á nota austriaca, que as humilhantes imposições dessa nota não eram integralmente acceitas. A ingerencia de delegados austriacos nas investigações criminaes era formalmente recusada, por ser uma violação da constituição e da lei dos processos criminaes. A 28 a Austria declarou a guerra, e a Russia de accordo com as suas declarações ordenou a mobilização geral dos seus exer-

bitos. Logo a Allemanha exigiu a suspensão desses magnos preparativos militares, e a Inglaterra vendo fracassarem as suas diligencias incansaveis pela paz cuidou de avivar o accordo de commum defeza entre as potencias da *triple-entente* para fazerem face á triplice alliança. Como a Russia proseguisse na sua mobilização, a Allemanha declarou-lhe guerra... e immediatamente atacou a França e violou a neutralidade do Luxemburgo e da Belgica. O ataque da Allemanha provocou, como não podia deixar de ser, a declaração de guerra da França, e a violação da neutralidade da Belgica e da Inglaterra. Esta intervenção da Inglaterra e a abstenção da Italia fôram as grandes surpresas desta guerra europêa, logo no seu inicio.

Como se vê, por esta rapida recapitulação dos recentes acontecimentos e das principaes negociações diplomaticas que antecederam a guerra, a sua causa proxima foi o conflicto austro-servio. Mas superfluo se torna dizer que esta immensa catastrophe tem uma causa remota, que muito melhor elucida sobre a sua verdadeira indole. Na realidade, a causa principal desta guerra é uma rivalidade commercial, é portanto uma vez mais uma lucta economica. Povo duma vitalidade e duma energia progressiva verdadeiramente excepçionaes, tendo erguido o militarismo á categoria de programma politico nacional, acatado e cumprido já desde o velho rei Frederico da Prussia, o povo allemão restaurou-se com rapidez assombrosa das humilhações e do depauperamento infligidos por Napoleão. Desde o congresso de Vienna até á guerra franco-prussiana, disperso por pequenos esta-

dos sem unidade de acção, evoluiu num sentido que de certo modo contraria a evolução geral da Europa. Enquanto, os outros povos europeus se batem por reivindicações e toda a legislação se abranda com o espirito liberal da epoca, o povo allemão, nomeadamente a Prussia, vae cerceando dia a dia essas liberdades e engrandecendo o poder real, principalmente depois da revolução francesa de 1848, que como a primeira algumas repercussões teve. Esse movimento de retrocesso, no campo das liberdades publicas, não impedia que os paizes allemães dia a dia progredissem nas sciencias e nas artes, no commercio e na industria, affirmando uma capacidade e uma actividade intellectuaes e uma iniciativa raras. O parlamento de Francfort, de 1848, reunido por particular deliberação de alguns altos representantes da litteratura, da sciencia e do professorado, procurou formar a almejada unidade allemã, mas nada pôde conseguir, por falta de meios de acção official e porque não podia tambem resolver dois magnos problemas politicos, que essa unidade importava: a escolha dos paizes a encorporar na unidade allemã, e a escolha do paiz para chefiar e servir de nucleo central. Foi a Prussia que resolveu esses problemas, occupando entre os paizes allemães um lugar de incontestada supremacia. Atacando a Dinamarca, desarraigou della pelo tratado de Vienna, de 1864, os ducados de Schlegwig e de Holsteio, atacando a Austria dissolveu a velha confederação presidida por ella: resolve em proveito proprio a rivalidade que surgira a proposito da chefia da unidade allemã e torna-se centro da confederação da Allemanha do norte.

Sempre cuidando com preferente desvelo do desenvolvimento e progresso das suas instituições militares, a Prussia era já um elemento de peso na politica europêa, quando a guerra franco-prussiana, motivada pela opposição de Napoleão III á candidatura dum príncipe allemão ao throno de Espanha, e a esmagadora victoria alcançada lhe dêram uma hegemonia indiscutivel. Logo se formou o grande imperio allemão. Desde então os seus progressos fôram vertiginosos. Nos quarenta e quatro annos que da formação do imperio distam, a Allemanha tornou-se uma poderosa potencia, a primeira pelos seus exercitos, rival da Inglaterra na actividade intellectual, no poderio maritimo, no commercio e na industria. Para attender ás necessidades crescentes da sua expansão migratoria e commercial, em breve prazo de tempo, a Allemanha fez-se uma potencia colonial, dando ao mundo o espectaculo dum progresso tão rapido que só encontra semelhança na transformação moderna do Japão.

Estes progressos da Allemanha tinham uns caracteristicos moraes de decisiva influencia nos destinos da mesma Allemanha. A sua politica de engrandecimento era tão restrictamente nacionalista que excluia quasi todo o sentimento de solidariedade humana, volvendo-se essa expansão numa rivalidade aggressiva contra os outros povos, especialmente contra a França, que com Luiz XIV e Napoleão I pungentes humilhações lhe impuzera, e que a importunava com a universalidade da sua lingua e da sua cultura, com a especie de hegemonia intellectual que exercia; e depois contra a Inglaterra pela sua indiscutivel superioridade colonial,

maritima e commercial, difficilmente ultrapassavel. Esta rivalidade obcecou os mais bellos espiritos da Allemanha, que sobre a alta sciencia e litteratura da França, e acêrca da Revolução Francesa e do primeiro imperio, e ainda acêrca da requintada civilização inglesa e da sua cultura moral proferiram os mais injustificaveis juizos.

A guerra actual é ainda um episodio — oxalá que o maximo e o ultimo! — dessa expansão quasi irresistivelmente poderosa da Allemanha e dessa rivalidade moral e economica com a França e a Inglaterra. Preparando-se de longa data para o assalto, pela mais apurada organização militar, que se tem visto em todos os tempos, a Allemanha julgou azado o momento de empolgar a suprema magistratura politica da Europa, abatendo a Russia, antes que os seus notorios apercebimentos militares tornassem essa empresa mais difficil, e alcançando pelo esmagamento definitivo da França, a suppressão da odiada vizinha e uma saída para o mar da Mancha e Oceano Atlantico, primeiro passo do ataque á Inglaterra. Esta, por seu turno, julgou azado o momento de intervir, pondo com a sua intervenção um embaraço poderoso a essa vertigem de engrandecimento da sua rival.

No fundo, como se vê, é uma vez mais o velho problema, a expansão imperialista duma potencia, a monarchia da casa de Austria, no seculo xvi, a monarchia de Bourbon, no seculo xvii, e o imperio de Napoleão, no principio do seculo xix. E como dessas vezes, é ainda a Inglaterra a potencia, que, senhora dos mares e protectora dos pequenos paises, cuja existencia é sempre a separação de par-

cellas das grandes potencias, vem desembarcar no continente para impedir que a Europa caia sob o sceptro dum tyranno unico, Philippe II, Luiz XIV, Napoleão ou Guilherme II.

As considerações, que atrás expusémos sobre a situação angustiosa dos pequenos paizes, no momento das grandes crises internacionaes e a demonstração que dellas fizemos nos capitulos sobre os casos da intervenção de Portugal nas guerras europêas, têm tambem agora plena confirmação, apenas passados alguns meses de guerra.

Um pequeno paiz, a Belgica, foi violado e devastado, pelo motivo estrategico de ser uma excellente base de operações, como a propria Belgica já o fôra em 1793, a quando da França Revolucionaria e da lucta contra Napoleão, como Portugal já o foi na mesma epoca. Um pequeno paiz, a Polonia, absolutamente estranha ao conflicto, é lisonjeada por motivos politicos com a promessa da sua reconstituição, como estado quasi soberano, *tertius gaudet* da guerra entre a Russsia e a Allemanha.

Os pequenos belligerantes, como a Servia e a Belgica, não fôram comprehendidos no tratado que os grandes belligerantes, França, Russia e Inglaterra, concluíram para que só simultaneamente deusessem as armas.

Pequenos paizes, como a Dinamarca, a Suecia, a Noruega e a Finlandia, encorporada na Russia, constituem um projecto de confederação escandinava sob a protecção da Allemanha. Pequenos paizes, como a Rumenia, a Bulgaria e a Grecia estão em risco de serem arrastados ao conflicto, pela má vizinhança da Turquia em armas. Os vinculos da

solidariedade politica e economica dos povos são hoje muito estreitos, e esses vinculos para os povos pequenos são laços de dependencia, um pouco subalterna.

E Portugal?—repetiremos ainda uma vez a pergunta, não já por erudita curiosidade, mas por oppressiva anciedade.

Portugal, como a sua cruel experiencia de ha um seculo cruelmente ensina, não póde vêr sem grandes receios o engrandecimento duma potencia, com a qual não tem nenhuns entendimentos cordaeas, antes alguns indicios e provas de má vontade. Portugal vivamente deve temer que os destinos da Europa caiam sob a auctoridade arbitraria dum só tyranno, por todos os motivos. Na liquidacão da paz, são os pequenos povos detentores de cubiçadas riquezas que têm de ceder compensações á arrogancia irresistivel dos vencedores, e Portugal tem ainda muito que desperte avides cubiçosa. Depois, esta guerra é tambem um pouco guerra de principios politicos, de typos de organização social, dum lado o auctoritarismo monarchico, centralista; doutro o regimen liberal. Pequeno paiz e republica recente, ainda não definitivamente consolidada, tudo tem a perder com a inauguração duma politica repressiva como a da Santa Alliança. A identidade de politica militarista que vem sendo praticada em Espanha, as publicas demonstrações de admiração e sympathia que nesse paiz se têm dado á Allemanha, a habilidosa neutralidade official alli mantida, a influencia indiscutivel que a Allemanha ultimamente começava a ter junto da nossa vizinha, tudo indica que em caso de victoria a Espa-

nha trabalharia de concerto com a Allemanha, vindo talvez a desempenhar o papel, que desde 1796 desempenhou com a França do Directorio e de Napoleão. E dessa concordancia entre Espanha e um paiz, arbitro da Europa, só temos dolorosas recordações.

Finalmente, nesta lucta gigantesca está empenhada a Inglaterra, nossa alliada o que nos dá oportunidade de alguma cooperação lhe proporcionarmos, inteiramente de accordo com nossos interesses nacionaes, e com o significado apreciavel de nos fazer pesar na alliança, que com ella mantemos, como elemento de valor, deixando o subalterno papel de povo assustadiço, que não sabe defender-se e que aos primeiros indícios de estranha ameaça, se acolhe abandonadamente aos costados invenciveis dos seus couraçados, dando-lhe tudo em troca, o que em retribuição interesseira nos é pedido, e o que, com amor proprio pouco sensível, espontaneamente cedemos.

Demais, assim procedendo, isto é, juntando os nossos esforços ao empenho colossal da grande Inglaterra, somos coherentes com a nossa politica internacional de sempre, mais accentuadamente desde 1640.

Mas nem sempre essa politica tem constituido um objectivo claro, um programma nacional. Em 1873, quando a Espanha uma vez mais se deixou tomar do velho sonho da unificação iberica, a Inglaterra peremptoriamente declarou que defenderia Portugal, contra qualquer aggressão estranha. Ha poucos annos, quando se preparava a revolução republicana, a mesma Inglaterra, com a discreção e

a delicadeza da melindrosa linguagem diplomatica, mostrou que permaneceria alheia a uma mudança de regimen, que fosse espontanea deliberação do paiz. Antes, Portugal prestára á Inglaterra o serviço, não desdenhavel, de permittir a passagem de tropas suas pela Beira para o interior do Transvaal, contribuindo assim efficaçmente para o rapido e feliz desfecho da guerra anglo-boer. Pois, apesar de taes factos precisos, ainda recentemente, em todo o anno de 1913, se fez uma politica quasi anti-inglesa, tão devotada em favorecer interesses alle-mães ella se patenteou. Este proceder que não teve o apoio da opinião publica nem seguimento, e que foi resgatado pela sessão de 7 de agosto, do Parlamento, demonstra bem a necessidade que ha de se apresentar como programma nacional, a politica da alliança com a Inglaterra. Por parte da republica, essa politica não é mais do que uma retribuição,— que o digam os dirigentes politicos.

Fechando, uma vez mais Portugal vae intervir numa guerra europêa. Em que termos se effectivará essa intervenção, só aos politicos cabe discutir e ao governo e ao parlamento resolver.

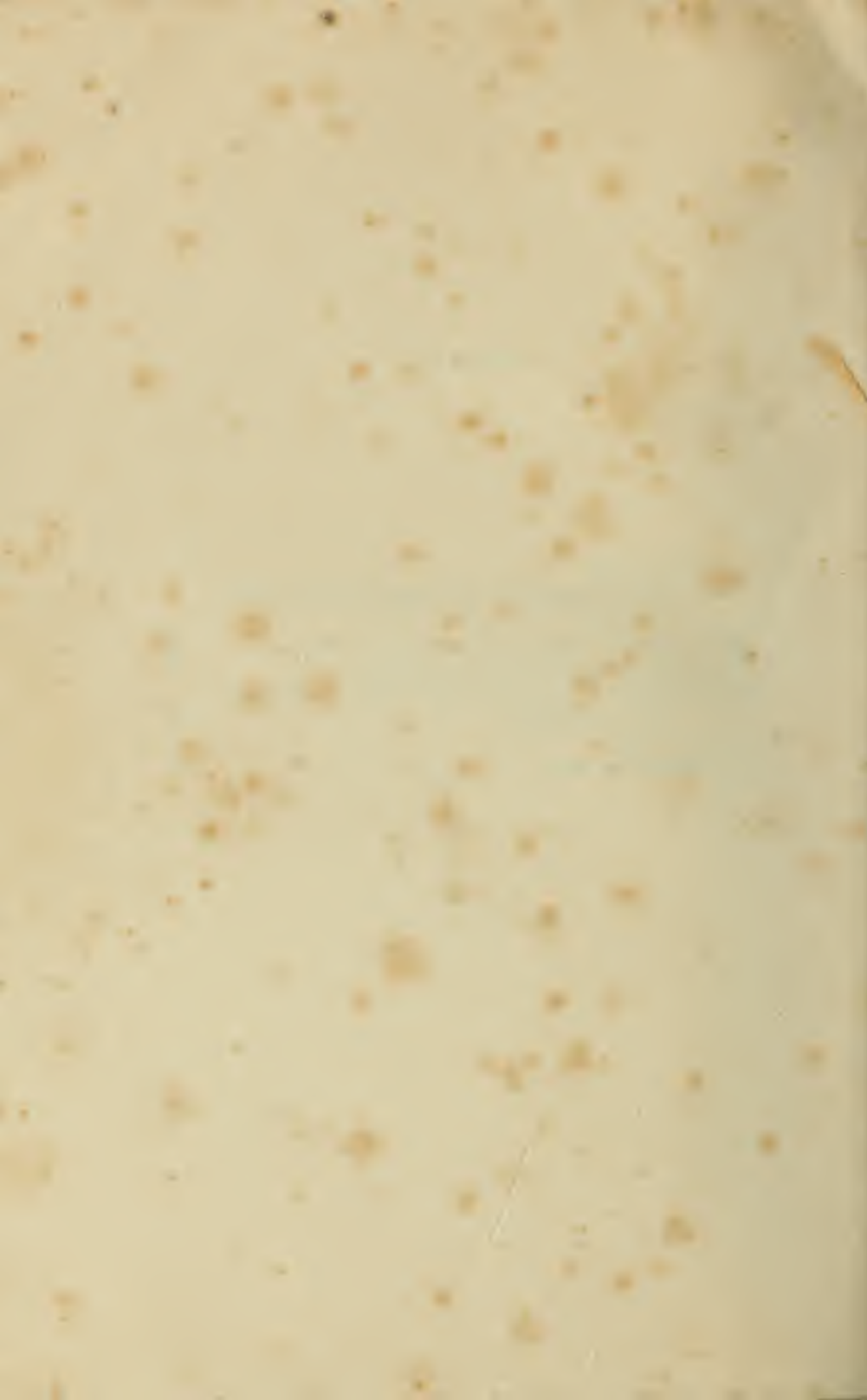
Lisboa, 6 a 16 de Novembro.

INDICE



INDICE

	Pag.
Preliminares.	5
I—A Politica diplomatica de Portugal depois da Restauration.	7
II—Portugal na guerra da successão de Espanha.	15
III—Portugal e a guerra dos sete annos.	28
IV—Portugal nas colligações contra a França Revolucionaria e Napoleão I	36
V—Conclusões.	66
VI—O problema actual.	73



ULTIMAS PUBLICAÇÕES

A *Alliança Inglesa*, por VIRIATO. (Pseudonimo
d'um illustre diplomata) — 1 vol.

Napoleão Invencível (1812-1832). *A conquista
do mundo e a monarquia universal*, por
LOUIS GEOFFROY, versão de ALBERTO F.
MARQUES PEREIRA — 1 vol. 600

O VULCÃO DA EUROPA

O Attila moderno

1 vol. de cerca de 400 pag. profusamente illus-
trado 800

É a historia da actual conflagração europêa cui-
dadosamente estudada e descripta por *Eduardo de
Noronha*, o auctor da GUERRA RUSSO-JAPONEZA, obra
exgotada. Compilados e coordenados importantes
documentos que derramam intensa luz sobre tão
momentoso assumpto, ponderam-se as causas re-
motas e proximas que originaram tão formidavel
collisão e narram-se com a maior imparcialidade e
a maxima verdade que se possa apurar a missão
desempenhada pelas chancelarias, a organização e
marcha dos exercitos, o computo e acção das es-
quadras, o choque das forças de terra e mar, os
episodios heroicos e barbaros, o bombardeamento
das cidades, a parte grandiosa e anecdotica da for-
midavel lueta travada, sem precedentes na vida da
Humanidade.

A sahir do prelo.

